

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PÓS- GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**  
**MESTRADO EM LETRAS**

**ESTUDO DO EMPREGO E FUNÇÕES DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS**  
**MAS E EMBORA EM TEXTOS ESCOLARES**

Pelotas, dezembro de 2003.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PÓS- GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**  
**MESTRADO EM LETRAS**

**ESTUDO DO EMPREGO E FUNÇÕES DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS**  
**MAS E EMBORA EM TEXTOS ESCOLARES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Lingüística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas/RS, por Nereida Valencio Barros, sob orientação do Professor Dr. Hilário Inácio Bohn, para obetenção do Grau de Mestre em Letras.

Pelotas, dezembro de 2003.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho

Aos meus filhos, razões do meu viver.

À minha família, pelo apoio e incentivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Hilário I. Bohn pela paciência e credibilidade.

À Coordenadora do Curso de Mestrado em Letras da UCPel – Prof.a Dra. Carmen Lúcia Matzenauer pela sua grandeza e generosidade.

Às Escolas em que trabalho e que me serviram de fonte para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas e alunos pela convivência diária, amiga e descontraída.

À memória de meu Pai, pela tranquilidade.

À minha Mãe pelo exemplo de fé e de mulher guerreira.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelos momentos de ausência.

Ao Senhor Deus, pelo dom da vida que me renova a cada dia !

## SUMÁRIO

|  |             |
|--|-------------|
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>                        | <b>vii</b>  |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>                       | <b>viii</b> |
| <b>RESUMO .....</b>                                  | <b>ix</b>   |
| <b>SUMMARY .....</b>                                 | <b>x</b>    |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                              | <b>01</b>   |
| <b>1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                   | <b>06</b>   |
| 1.1 Operadores Argumentativos .....                  | 07          |
| 1.1.1 Mas e Embora nas Gramáticas Tradicionais ..... | 07          |
| 1.1.2 Redação, Produção Textual e Discurso .....     | 13          |
| 1.1.3 Coesão .....                                   | 17          |
| 1.1.4 Mecanismos de Coesão Textual .....             | 19          |
| 1.1.5 Processos: Coordenação e Subordinação .....    | 23          |
| 1.2 Teoria de Semântica da Enunciação .....          | 29          |
| 1.2.1 Argumentatividade e Informatividade .....      | 29          |
| 1.2.2 Modus e Dictum .....                           | 34          |
| 1.3 Teoria Polifônica da Enunciação .....            | 35          |
| 1.3.1 Negação, Ironia e Pressuposição .....          | 41          |
| 1.3.1.2 Negação .....                                | 41          |
| 1.3.1.2 Ironia .....                                 | 44          |
| 1.3.1.3 Pressuposição .....                          | 47          |

|   |            |
|---|------------|
| 1.4 Teoria da Argumentação .....                      | 48         |
| 1.4.1 Enunciado .....                                 | 57         |
| 1.4.2 Força Argumentativa .....                       | 59         |
| 1.4.3 Topoi .....                                     | 59         |
| 1.5 Conectores de Oposição .....                      | 67         |
| 1.5.1 Mas SN .....                                    | 68         |
| 1.5.2 Mas PA .....                                    | 71         |
| 1.5.3 O operador <i>embora</i> .....                  | 72         |
| <br>  |            |
| <b>2 METODOLOGIA .....</b>                            | <b>76</b>  |
| 2.1 Questões Norteadoras .....                        | 76         |
| 2.2 Constituição do Corpus .....                      | 77         |
| 2.3 Procedimentos de Análise .....                    | 78         |
| <br>  |            |
| <b>3 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>                 | <b>82</b>  |
| 3.1 Emprego e funções do Mas SN .....                 | 82         |
| 3.2 Emprego e funções do Mas PA .....                 | 91         |
| 3.3 Emprego e funções do operador <i>embora</i> ..... | 99         |
| 3.4 Tabelas e gráficos .....                          | 103        |
| <br>  |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                     | <b>116</b> |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>               | <b>122</b> |
| <br>  |            |
| <b>ANEXOS .....</b>                                   | <b>124</b> |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 1: Fragmentos analisados - Geral .....                                      | 103 |
| TABELA 2: Fragmentos c/operadores mas e embora nos textos do Ensino Fundamental    | 104 |
| TABELA 3: Classificação dos tipos de mas e embora nos textos do Ensino Fundamental | 106 |
| TABELA 4: Classificação dos tipos de embora no Ensino Fundamental .....            | 108 |
| TABELA 5: Ausência dos itens mas e embora no Ensino Fundamental .....              | 109 |
| TABELA 6: Ocorrência dos itens mas e embora no Ensino Médio .....                  | 110 |
| TABELA 7: Classificação dos tipos de mas no Ensino Médio .....                     | 112 |
| TABELA 8: Classificação dos tipos de embora no Ensino Médio .....                  | 113 |
| TABELA 9: Ausência dos itens mas e embora no Ensino Médio .....                    | 114 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| GRÁFICO 1: Fragmentos analisados – Geral .....                              | 104 |
| GRÁFICO 2: Fragmentos c/operadores mas e embora no Ensino Fundamental ..... | 105 |
| GRÁFICO 3: Classificação dos tipos de mas no Ensino Fundamental .....       | 107 |
| GRÁFICO 4: Classificação dos tipos de embora no Ensino Fundamental .....    | 108 |
| GRÁFICO 5: Ausência dos itens mas e embora no Ensino Fundamental .....      | 109 |
| GRÁFICO 6: Ocorrência dos itens mas e embora no Ensino Médio .....          | 111 |
| GRÁFICO 7: Classificação dos tipos de mas no Ensino Médio .....             | 112 |
| GRÁFICO 8: Classificação dos tipos de embora no Ensino Médio .....          | 113 |
| GRÁFICO 9: Ausência dos itens mas e embora no Ensino Médio .....            | 115 |



## RESUMO

### ESTUDO DO EMPREGO E FUNÇÕES DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS MAS E EMBORA EM TEXTOS ESCOLARES

Autora: Nereida Valencio Barros  
Orientador: Prof. Dr. Hilário I. Bohn

A presente dissertação tem por objetivo analisar a habilidade de um grupo de alunos que usam os operadores argumentativos *mas* e *embora*, em textos escolares, nos cursos Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual no município de Pedro Osório. A pesquisa mostra como esses operadores argumentativos se articulam nos textos escritos, principalmente no plano semântico. Vimos que esses morfemas são conectores sintáticos opositivos determinantes na orientação argumentativa textual, e semanticamente, tornam-se marcas importantes da enunciação apresentando diferentes valores relativos às funções que exercem ao longo de suas ocorrências. Ainda, percebem-se as estratégias de relação existentes no jogo, entre locutor e destinatário em que o *mas*, no plano sintático, é essencialmente uma conjunção coordenativa adversativa, mas no plano semântico, frustra a expectativa que se cria no destinatário. Enquanto o *embora*, sintaticamente, é a conjunção subordinativa concessiva e, semanticamente, mantém uma expectativa anunciando com antecedência que o argumento seguinte prevalecerá. A partir da observação sobre orientação argumentativa da conjunção *embora*, conclui-se que este operador é tal qual o *mas*, pois, ambos desempenham uma função comum coordenativa adversativa, estabelecem estratégias de relação entre o locutor e o destinatário e organizam a argumentatividade do discurso. E, finalmente, pode-se dizer que tanto os alunos do Curso Fundamental como do Médio mostram habilidade lingüística no uso do operador *mas*, que é usado com frequência nos textos, mas com relação ao operador argumentativo *embora*, os mesmos alunos, revelam através da escrita o desconhecimento do valor desse item, tanto no plano sintático, quanto no plano semântico.

Palavras-chave: Teoria da Semântica Argumentativa; operadores argumentativos *mas* e *embora*; articulação; coesão; texto escolar.

## SUMMARY

### THE USE AND FUNCTIONS OF THE PORTUGUESE ARGUMENTATIVE LINGUISTIC ITEMS MAS AND EMBORA IN CLASSROOM PRODUCED TEXTS

Author: Nereida Valencio Barros

Supervisor: Prof. Dr. Hilário I. Bohn

The present Master Thesis analyses the ability of a group of Brazilian elementary and secondary school learners to use the argumentative operators *mas* and *embora* in their classroom produced texts. The research shows that the linguistic argumentative operators are articulated specially at the semantic level. It was also found that these morphemes are oppositive determinant syntactic connectors in the argumentative textual orientation and that semantically they become important enunciative markers showing different values related to the functions they have along their textual use. Additionally, the strategic relations between the speaker and the listener can be perceived when the operators are used by the writers. On the other hand, 'embora' is defined in syntax as a subordinative conjunction, and semantically it maintains an expectation that the following argument will prevail. Departing from the argumentative orientation of the conjunction 'embora' one can conclude that this operator, similarly to the conjunction 'mas', also fulfills a coordinative-adversative function in the texts. Finally, one can conclude that learners of the Elementary and Secondary School level show linguistic ability in the use of the operator 'mas' which is frequently included in their texts, however, related to the argumentative conjunction 'embora' the same learners reveal in their texts that they do not have the same command of this item, neither at the syntactic nor at the semantic level.

Key words: argumentative semantic theory; argumentative operators 'mas' and 'embora'; textual sequencing; textual classroom cohesion.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o emprego e a função dos operadores *mas* e *embora* em redações escolares de alunos dos cursos Fundamental e Médio, no município de Pedro Osório, dentro da proposta teórica de Oswald Ducrot (1972). Nesse nível de escolaridade esses operadores são estudados com a finalidade de classificar as orações em coordenadas ou subordinadas, e pela abordagem comumente utilizada o aluno automatiza, mas não domina o papel que os conectores desempenham e nem os efeitos de sentido deles decorrentes. As gramáticas tradicionais e os livros didáticos apresentam conceitos, seguidos das listas de conjunções e exemplos, geralmente com períodos simples, o que os distancia da escrita espontânea. Pode notar-se que nas gramáticas o conteúdo *conjunção* é apresentado na frase, entre orações, mas não é mencionada a relação das conjunções com o texto.

Ora, se gramaticalmente as conjunções são consideradas conectivos, ou seja, são elementos gramaticais fundamentais para que haja coesão, é natural que sejam empregados como recursos lingüísticos não só nas frases, mas também entre as frases, na constituição do texto. Assim, no presente estudo pretendemos analisar o papel articulador, particularmente dos operadores *mas* e *embora* no interior dos textos.

Após o estudo das conjunções em três gramáticas tradicionais usadas nas escolas da rede pública estadual e verificando que os conceitos apresentados sobre essa classe de palavras abrangem um nível essencialmente sintático, sentimos necessidade de recorrer à lingüística textual para explicar alguns fenômenos que ocorrem na construção de um texto escrito. Para isso buscamos fundamentação na Teoria de Semântica da Enunciação de Oswald Ducrot, teoria elaborada em sua primeira versão em 1969 e posteriormente reformulada em *Princípios de Semântica Lingüística* (1972). A proposta teórica aborda elementos

constitutivos do texto que são os morfemas, sintagmas e a forma particular como esses elementos contribuem para a formação da textualidade.

O corpus está constituído de 456 textos, nos quais encontramos 486 fragmentos. Os textos foram produzidos em sala de aula como exercícios redacionais e, optamos pelo tipo dissertativo por entendermos que neste tipo de texto o autor explicita idéias, promove discussões, debates e defesas de pontos de vista.

A experiência escolar mostra que oralmente o aluno deixa fluir suas idéias, argumenta de forma coerente, busca informatividade em intertextos, comunica-se de maneira clara, recorre a diferentes estratégias para se fazer entender, como: repetições, gestos, risos, expressões fisionômicas, movimentos corporais, mudança de interlocutor no diálogo, as quais podem funcionar também como indícios de finalização de unidade tópica ou mudança de turno.

Como na comunicação escrita não dispomos desses recursos, então surgem dificuldades de como construir um texto escrito, contínuo, com determinado assunto planejado, não fragmentário, completo, elaborado com períodos compostos por subordinação em que predominem frases complexas e bem formadas e que, acima de tudo, veicule, de forma clara, os argumentos defendidos.

Basicamente toma-se a palavra texto em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance ou de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc, isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos.

Diferentemente da palavra texto, o termo *discurso* é entendido como atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação, mas também os enunciados de

seu interlocutor, no caso do diálogo, levando em consideração o evento da enunciação. O discurso se manifesta lingüisticamente por meio de textos, em sentido estrito. Logo, texto consiste em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão. Assim, discurso é uma unidade semântico-pragmática de um contínuo comunicativo textual que se caracteriza pela coerência e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto.

Ao focalizar os operadores *mas* e *embora* concentramos nossos esforços no aspecto coesivo do texto escrito e, apoiados na Teoria Semântica de Ducrot, vimos que a Semântica Argumentativa recupera estes elementos por serem eles que determinam o valor argumentativo dos enunciados constituindo-se em marcas lingüísticas importantes da enunciação. Isto nos leva a concluir que o elemento coesivo pode não ser o fator principal na construção de um texto, mas é importante na conclusão de uma idéia porque determina a argumentação do locutor.

Relacionando a intenção desse trabalho, que é determinar o valor argumentativo dos morfemas *mas* e *embora* nos enunciados construídos pelos alunos, observamos na teoria de Ducrot (1972), em Semântica da Lingüística que o objeto de estudo é o texto, enquanto na enunciação Ducrot lida com enunciados reconstituindo-os na sua origem para explicar as intenções do falante.

No primeiro capítulo abordamos os operadores argumentativos *mas* e *embora* de acordo com as gramáticas tradicionais e definimos termos considerados necessários ao entendimento deste trabalho, como: *Textualidade*, *Texto*, *Discurso*, *Coerência* e *Coesão*.

Continuamos apresentando os textos que servem de base à pesquisa e formam a Teoria de Semântica da Enunciação de Oswald Ducrot (1972) em *Princípios de Semântica Lingüística*, enfatizando que essa teoria contribui para este trabalho no momento em que estabelece limites do universo discursivo na realização de dois atos ilocutórios: posto e

pressuposto. E ainda, apoiados no estudo de Eduardo Guimarães (1987) mostramos a mudança de advérbio embora em conjunção concessiva.

No segundo capítulo, encontram-se as questões que norteiam o trabalho e os procedimentos metodológicos.

No terceiro capítulo, apresentamos a análise do *corpus*. Destacamos pequenos trechos dos textos, aqui designados *fragmentos*, e neles estudamos os operadores *mas* e *embora*. A classificação foi estabelecida quantitativamente em relação aos tipos de *mas* usados pelo aluno. Para Ducrot, *mas* é conjunção adversativa por excelência e desempenha duas funções diferentes convencionadas por *masSN* e *masPA*. Segundo o autor, o *mas* SN tem função opositiva, não argumentativa, aparece sempre depois de um enunciado negativo, corrige algo suposto ou realmente dito antes. A oração iniciada por este *mas*, tem valor pragmático de refutação, ou de retificação, de justificativa, de recusa de *p*. Tem comportamento autoritário e segue a mesma direção argumentativa explicitada na materialidade discursiva da primeira proposição do enunciado. O *mas* com função SN é do espanhol *sino* e do alemão *sondern*.

A outra função do *mas* introduz fundamentalmente uma proposição *q*, que orienta para a conclusão *ñ-r*, oposta a uma conclusão *r*, coordenativa e que estabelece orientação argumentativa como resultado a proposição *p*. Está em direção argumentativa diferente da proposição *q*. É o *masPA* com função realizada em espanhol por *pero* e em alemão por *aber*. Nos dois casos, o *mas* tem valor de oposição, porém os elementos que o *mas* opõe são de natureza diferentes.

Seguem as interpretações das análises, comentários das tabelas e gráficos com resultados parciais e totais da pesquisa, constatando a validade da análise e a aplicação das teorias estudadas.

No quarto e último capítulo apresentamos as considerações finais da pesquisa:

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os fundamentos teóricos sobre os operadores *mas* e *embora* neste trabalho estão baseados na teoria de Semântica da Enunciação de Oswald Ducrot (1972), cujos textos se

relacionam diretamente com o objeto de estudo da presente dissertação. São eles: *Argumentatividade e Informatividade, a Teoria Polifônica da Enunciação, a Teoria da Argumentação na Língua e os Conectores de Oposição*. No entanto, introduzimos o assunto apresentando um breve estudo sobre conjunções em três gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa: *Cunha,1972, Luft,1981 e Bechara,1997*. Esta introdução tem por objetivo oferecer ao leitor uma perspectiva histórica dos operadores *mas* e *embora* partindo da gramática brasileira. Após, confrontamos estas concepções ditas tradicionais com a concepção de Ducrot, sob a visão de Semântica da Linguística Aplicada, e então verificamos como esses operadores são empregados nas redações escolares de um grupo de alunos, isto é, como se articulam no interior dos textos produzidos por alunos.

Ao falarmos em redação ou produção textual, lembramos alguns autores que se preocupam com a escrita do texto escolar, como: Geraldi (1991) mostra a diferença entre redação escolar e produção textual; Platão & Fiorin (1999), lingüístas envolvidos com a produção textual que didaticamente definem texto, coerência e coesão; Val (1991) apresenta os fatores de textualidade, as propriedades do texto e aspectos da coesão; Suárez (1991) define textualidade e coesão; mecanismos de coesão textual. E em Carone (2000), vemos a estrutura sintática dos operadores em estudo nos processos de Coordenação e Subordinação, ou seja, estudamos a articulação sintática desses operadores em relação ao contexto.

Encerramos este capítulo, apoiados em Guimarães (1987, mostrando pontos comuns de funcionamento entre os operadores *mas* e *embora*, num estudo descritivo, histórico e semântico na linguagem escrita.

## **1.1 Operadores Argumentativos**



### 1.1.1 Mas e Embora nas Gramáticas Tradicionais

Antes de inventar a escrita, o homem já se comunicava utilizando palavras, mas não tinha como registrá-las de forma duradoura. Informações, notícias, histórias ou quaisquer outros conceitos informativos eram transmitidos oralmente, de pessoa a pessoa, de geração a geração. Com o surgimento da escrita, tornou-se possível registrar de forma duradoura as mensagens construídas com palavras e esta realidade passou a ser um privilégio para as comunidades mais estáveis e com certo grau de cultura social. A escrita é uma maneira de representar a fala, mas não conta com os mesmos recursos da fala.

Escrever não é simplesmente transferir para o papel aquilo que se fala, já que a língua escrita é empregada em condições diferentes da língua falada, pois há uma distância física entre emissor e receptor. A língua escrita impõe algumas condições a quem escreve, como por exemplo: uma aprendizagem específica e gradual, uma habilidade no encadeamento de frases, evitando mudanças bruscas de pensamento e dando maior atenção à disciplina gramatical, pontuação adequada, etc.

E, para chegarmos à escrita atual, houve a necessidade de organizar regras que disciplinassem a expressão lingüística, evidenciando diferenças da expressão oral tornando indispensável o conhecimento da forma e funcionamento, o que não significa que não houvessem regras disciplinadoras da língua antes da escrita. Logo, o uso adequado das habilidades lingüísticas nos permite analisar o relacionamento entre as palavras, entre as orações e os períodos, assim como, podemos escolher e empregar o nível de linguagem mais adequado a um contexto.

Assim, iniciamos a discussão dos operadores argumentativos *mas* e *embora* verificando como esses morfemas são apresentados por autores das chamadas gramáticas tradicionais. São eles:

*Celso Ferreira da Cunha* (1972, p. 532) conceitua conjunções como: *vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração*. Divide-as em: coordenadas e subordinadas e afirma que se percebe facilmente a diferença entre as conjunções coordenativas e as subordinativas quando comparamos construções de orações a construções de nomes. Ex:

( 1 ) *Ler e escrever. A leitura e a escrita.*

( 2 ) *Ler ou escrever. A leitura ou a escrita.*

Vemos que a conjunção coordenativa não se altera com a mudança de construção, pois liga elementos independentes, estabelecendo entre eles relações de adição, como no primeiro caso, e de alternatividade como no segundo.

Nos enunciados seguintes:

( 3 ) *Quando tiver lido o livro, escreva a carta.*

( 4 ) *Depois da leitura, a escrita.*

Observa-se a dependência do primeiro termo em relação ao segundo, e, em lugar da conjunção subordinativa, temos uma preposição que está colocando a dependência de um elemento a outro. Cunha divide as conjunções coordenadas em: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas e observa que certas conjunções têm valores particulares (*e, mas, porém*) e assumem variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados. O autor destaca a conjunção *mas* que, além da idéia básica de oposição, de contraste, apresenta múltiplos valores afetivos, como de restrição, retificação, de atenuação ou compensação, de adição e outros e diz que essa conjunção é particularmente importante para mudar a seqüência de assunto, geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso.

Exemplos:

( 5 ) *Mas voltemos à esquina. ( M. A. de Almeida, MSM,7.)*

( 6 ) *Mas os dias foram passando. (J. L. do Rego, U, 16)*

O autor classifica as conjunções subordinadas em: causais, concessivas, condicionais, conformativas, finais, proporcionais, temporais, comparativas, consecutivas e integrantes, e somente as integrantes introduzem orações substantivas, todas as demais iniciam orações adverbiais.

Sobre as conjunções concessivas, Cunha diz que elas iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la. São concessivas: embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que, etc. Ex:

(7) *Embora lhe desaprovassem a forma, justificavam-lhe a essência.(G. Junqueiro, P, XXIII.)*

Observando como Cunha (1972) conceitua conjunções vemos que elas não existem somente com a finalidade de unir orações ou termos de mesmo valor sintático, mas são palavras que, além desta finalidade, apresentam múltiplos valores afetivos e também são usadas nas mudanças de seqüência de assunto, como é o caso da adversativa “mas”.

*Celso Pedro Luft* (1991, p.128), o segundo gramático aqui pesquisado, conceitua conjunção da seguinte forma: *conjunção é um vocábulo gramatical invariável que estabelece coordenação ou subordinação, entre dois termos de oração, entre duas orações, entre um termo e uma oração, e, mais raramente, entre dois períodos.* Classifica as coordenadas como: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas e observa que alguns autores incluem entre as coordenativas uma classe de *continuativas*, mas logo argumenta que na

verdade não existe essa classe. Luft afirma existirem expressões que, pela situação no rosto da frase, têm aparência de conectivos e, quando o são, trata-se de fato das adversativas, conclusivas ou explicativas.

De acordo com Luft, as conjunções adversativas são conectivos e na verdade as autênticas conjunções coordenativas são: aditivas (e), adversativas (mas) e alternativas (ou).

As subordinativas *subordinam* uma oração a outra, ou a um termo de oração e se dividem em: integrantes causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais e temporais.

Em relação às conjunções, Luft não faz nenhuma observação especial. Isto faz com que se pense que conjunção é uma classe de palavras invariáveis que serve única e exclusivamente para classificar as orações em coordenadas ou subordinadas. O gramático apresenta a lista das conjunções coordenativas e subordinativas exatamente na ordem em que vêm na NGB ( Nomenclatura Gramatical Brasileira).

*Evanildo Bechara (1997, p. 159)*, o terceiro autor pesquisado neste estudo, diz que: “*conjunção é a expressão que liga orações ou, dentro da mesma oração liga palavras que tenham o mesmo valor ou função*”. Como os dois primeiros pesquisadores, Bechara também classifica as conjunções quanto ao tipo em: coordenativas e subordinativas. As coordenativas são conjunções que ligam palavras ou orações do mesmo valor ou função, isto é, ligam duas orações independentes e subdividem-se em: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas. Acrescenta que as conjunções coordenativas podem aparecer enfatizadas e para esta ênfase o idioma se serve de vários recursos. Assim a adição pode vir acrescida das expressões do tipo:

*Não só... mas ( também)*

*Não só... mas ( ainda)*

*Não só... senão ( também)*

*Não só que... ( também), etc.*

Obs: A expressão *Não só*, se aplica ao português, *mas ainda* ao latim.

Observa-se que nas orações subordinadas e principais a correlação de uma expressão com o conectivo ou outro termo da oração a que se prende, mostram o tipo de relação que essas orações têm umas com as outras. Logo, esse é outro meio de enfatizar a interdependência oracional. Neste caso, essa expressão é constituída por advérbio ou equivalente: Ex:

(8) *Estudemos portanto, e não nos deixemos dominar pela preguiça. ( Ribeiro de Vasconcelos).*

As subordinativas são as conjunções que ligam uma oração a outra dita principal, estabelecendo entre elas uma relação de dependência iniciando orações que se acham subordinadas à principal para indicar, a respeito desta, uma circunstância e compreendem dois grupos: as integrantes e as adverbiais. As integrantes são *que* (nas declarações de fatos certos) e *se* (nas declarações de fatos incertos e dubitativos) e servem para iniciar orações como sujeito, objeto, predicativo, complemento nominal ou aposto. Ex:

( 9 ) *Desejo que tudo vá bem.*

(10 ) *Não sei se tudo vai bem.*

Em síntese vimos que os três gramáticos estudados são unânimes em chamar as conjunções de *conectores* ou *conectivos*. Praticamente, fazem as mesmas considerações, apresentam exemplos na mesma seqüência, primeiro os períodos simples e depois os compostos, e o estudo da coordenação precede o da subordinação. Outro fato é que as conjunções são sempre estudadas na oração, frase ou período e não há referências dessas palavras em relação ao parágrafo anterior ou ao texto propriamente dito.

Dessa forma entendemos que os gramáticos pesquisados definem o que é conjunção, citam, exemplificam e enfatizam que as coordenadas ligam palavras ou orações do mesmo valor ou função e as subordinadas ligam uma oração dependente a uma oração chamada principal, estabelecendo entre elas uma relação de dependência, mas ainda percebe-se a falta de um estudo mais abrangente dos referidos morfemas em relação ao texto. Essa realidade e a inconformidade do professor de Língua Portuguesa com relação a esse fato foi um dos motivos deste trabalho.

Conclui-se que há uma enorme necessidade de saber como se articulam os operadores argumentativos, em particular, *mas* e *embora* no interior de um enunciado e, conseqüentemente, no interior de um texto. E no caso do trabalho didático com alunos, optamos pela análise de fragmentos dos textos escritos, que são as produções textuais ou redações, como chamamos na escola. Faz-se necessário saber como estão estruturados esses textos escolares.

### **1.1.2 Redação, produção textual, texto e discurso**

Considerando que a escola é o lugar em que o aluno lida diretamente com o material literário e em conseqüência com a linguagem escrita, procuramos entender o que vem a ser redação, produção textual, texto e discurso observando a articulação dos elementos coesivos na organização textual.

No cotidiano escolar percebe-se que alunos, tanto do ensino fundamental como do médio, apresentam dificuldades na estruturação do texto, quando precisam empregar recursos lingüísticos para torná-lo coerente e coeso. Quanto ao fator coerência, apesar de ser um dos fatores importantes na elaboração de um texto, não trataremos em detalhes, pois, nossa atenção está concentrada no estudo dos elementos coesivos, ou seja, no fator coesão.

Ressaltamos que os elementos coesivos estão disponíveis na língua e são recursos lingüísticos decisivos e responsáveis pela materialidade do texto.

Ainda falando sobre escrita de textos escolares, lembramos Geraldi (1991), que chama a atenção para uma diferença entre produção de texto e redação. Ele diz: *estabeleço, no interior das atividades escolares, uma distinção entre produção de textos e redação. Nesta produzem-se textos para a escola e naquela produzem-se textos na escola*. Assim, conforme Geraldi, classificamos os textos que constituem o *corpus*, como *produções textuais*, por serem escritos produzidos na escola e não para a escola.

Portanto, a partir de agora, sempre que nos referirmos a produção textual estaremos falando de *texto* no sentido literal da palavra. E levando em consideração que *o homem fala ou escreve não por meio de frases, mas de textos*, atendemos ao que diz Ducrot (1972), *texto é mais do que a soma dos enunciados que o compõem, sua produção e compreensão derivam de uma competência específica do falante*. Ducrot afirma que todo falante de uma língua distingue naturalmente um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados.

Este exercício é intuitivo, pois, todo o falante é capaz de reconhecer que a produção lingüística se dá com textos e não com palavras isoladas e que não sabemos definir intuitivamente o que faz com que um texto seja um texto e nem os estudiosos são unânimes em conceituá-lo.

Fávero & Koch (1983) dizem que *texto* pode ser tomado em duas acepções: em sentido amplo e em sentido estrito: *Texto em sentido amplo, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema etc.)*, isto é, todo e qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos é um texto, e, quando se tratar da linguagem verbal, temos o *discurso*, que é a atividade comunicativa de um sujeito falante, numa situação de comunicação dada,

englobando um conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou pelo locutor e interlocutor, no caso do diálogo) e o *evento de sua enunciação*.

Em sentido estrito, *texto* consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.

Se entendemos por *texto* toda e qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão, concluimos que *discurso é o texto materializado*. Val (1991) reafirma essa idéia dizendo: *Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal*. Portanto, texto é uma unidade de linguagem em uso, é social, é comunicativa, é um jogo de atuação sociocomunicativa, é semântico porque forma um todo significativo e é formal por ser coeso.

O *texto* papel determinante em sua produção e recepção e tem uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido e possibilitam que seja reconhecido como um emprego normal da língua. Val considera ser a primeira propriedade básica, na escrita de um texto, o *contexto sociocultural* em que se insere e o discurso também constitui elemento condicionante de seu sentido, na produção e na recepção, na medida em que delimita os conhecimentos partilhados pelos interlocutores.

A segunda propriedade básica do *texto* é o fato de ele constituir uma *unidade semântica* e constata que uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida pelo receptor como um todo significativo. A coerência é fator responsável pelo sentido do texto. E, finalmente, o texto se caracteriza por sua unidade formal, material. Seus constituintes



lingüísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados, de modo a permitir que ele seja percebido como um todo coeso.

Segundo Val, o conceito de texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos:

- a) *o pragmático*, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa;
- b) *o semântico-conceitual*, de que depende sua coerência;
- c) *o formal*, que diz respeito à sua coesão.

Esses aspectos, quando observados na construção de um texto, constituem o que se chama textualidade e Val nessa mesma obra define textualidade como *um conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases*. A autora nesse estudo se apoia em Beaugrande e Dressler (1983), que apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: *a coerência e a coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e *a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade*, que tem a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo. Apesar de reconhecermos a importância de todos esses fatores na construção textual, canalizamos nossos esforços apenas para o fator *coesão*.

### **1.1.3 Coesão**

Muitas vezes, em produções textuais, os alunos constroem períodos incompreensíveis, por descuidarem os princípios de *coesão*. Percebe-se que o uso adequado dos elementos de coesão confere unidade ao texto e contribui consideravelmente para a expressão clara das idéias. E para dar idéia da importância desses elementos na construção das frases, no interior do texto é que vamos analisar e comentar a funcionalidade dos operadores argumentativos *mas* e *embora* numa amostra de situações concretas da língua.

Autores como, Platão e Fiorin (1999, p.271), que seguem a linha estruturalista de Oswald Ducrot, dizem que é possível percebermos a conexão entre os vários segmentos de um texto e compreendermos se todos estão interligados entre si. A essa conexão no interior de um texto dá-se o nome de coesão. Ou seja, *um texto tem coesão quando seus vários enunciados estão organicamente articulados entre si, quando há concatenação entre eles*.

Sendo assim, entendemos que um texto é coeso quando há conexão entre os vários enunciados de diferentes relações de sentido. Essas relações são manifestadas por certas classes de palavras, as quais são chamadas de *conectivos* ou *elementos de coesão* (preposições, conjunções, pronomes e advérbios). Dentre elas destacamos as conjunções, que têm a função de pôr em evidências várias relações de sentido que existem entre os enunciados. Esses elementos não são formas vazias que podem ser substituídas entre si, sem nenhuma consequência, ao contrário, são formas lingüísticas portadoras de significado e exatamente, por isso, devem ser usadas observando-se alguns critérios, como: não nos perdermos por entre os enunciados, não perdermos a noção de conjunto, percebermos a conexão entre os vários segmentos e compreendermos que todos os enunciados estão interligados entre si.

No exercício prático pedagógico, vemos que a escrita de um texto não exige que os períodos sejam longos e complexos, exige sim, que sejam completos, claros, coerentes e coesos, isto é, que as partes estejam absolutamente conectadas entre si. E para verificarmos se

o escrito é mesmo um texto, basta que o escritor use a intuição lingüística que todos os falantes possuem e releia o texto escrito para comprovar se o que acabou de escrever tem sentido.

Ainda devemos ter claro o que pretendemos dizer e, uma vez escrito o enunciado, devemos avaliar se o que foi escrito corresponde ao que queríamos dizer. Por isso, a escolha do conectivo adequado é muito importante, porque é o elemento de conexão que determina a direção que se pretende dar ao texto, e são os operadores argumentativos que manifestam as diferentes relações entre os enunciados. Observa-se que cada elemento conector estabelece elos, cria relações entre segmentos do discurso e cada um deles tem um valor típico nas relações semânticas, como: de causa, finalidade, conclusão, contradição, condição, etc. Dessa forma, cada elemento coesivo manifesta um tipo de relação distinta.

Confirma-se no exercício prático da escrita do aluno, o que diz Ducrot na sua teoria: *A Semântica Argumentativa recupera estes elementos (operadores coesivos) por serem eles que determinam o valor argumentativo dos enunciados constituindo-se em marcas lingüísticas importantes da enunciação.* Assim, para que um texto tenha um encadeamento textual adequado, deve-se fazer uso dos amplos recursos de que a língua dispõe para construir a textualidade. Trata-se de ter habilidade com os mecanismos de coesão textual que estão disponíveis na língua para serem usados.

#### **1.1.4 Mecanismos de coesão textual**

Sabemos que não basta conhecermos o sentido literal dos termos empregados nesse estudo, é preciso adentrarmos em sua significação, em seu conceito e intenção. Iniciamos observando o lingüista Antônio Suárez Abreu (1991, p. 12). Segundo ele *um texto não é uma*

*unidade construída por uma soma de sentenças, mas pelo encadeamento semântico delas, criando, assim, uma trama semântica que é a textualidade.*

Ora, quando falamos, também construímos textos, até com certa facilidade, pois dispomos de vários recursos como: gestos, risos, pausa, etc. As dificuldades aparecem quando se trata da escrita textual. Faltam ao escritor recursos linguísticos chamados *mecanismos de coesão* para construir a textualidade, ou seja, comprovar na prática a aplicabilidade linguística dos mecanismos coesivos e sua funcionalidade no registro material no momento da escrita. Suàrez chama atenção para os *mecanismos de coesão* que considera comuns na escrita. Portanto, a coesão pode ser constituída por:

1) **Referência**: é o processo de coesão em que as palavras responsáveis podem ser: pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos), advérbios de lugar ou artigos, e consiste em repetir um substantivo já contido em uma sentença **A** anterior, mas marcado na sentença **B**, pela presença de uma destas palavras. Ex:

(11) *João Paulo II esteve, ontem, em Varsóvia. Lá, ele disse que a Igreja continua a favor do celibato.* Nessa versão, o termo *Varsóvia* está recuperado pelo advérbio de lugar **lá** e o termo *João Paulo II*, pelo pronome pessoal **ele**. Este processo se chama *coesão por referência*.

a) A referência pode acontecer por meio da **anáfora** quando estabelece uma relação coesiva que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto. Ex:

(12) *Paulo é um amigo fiel. Ele sempre me deu provas disto.*

Um elemento *anafórico* pode fazer referência a todo o enunciado anterior. Ex:

(13) *Pedro foi preso como estelionatário. Isto não é de admirar.*

b) Outro elemento de referência é o **catafórico**, quando sua interpretação depende de algo que se segue no texto, ou seja, quando o item de referência antecipa um signo ainda não expresso no texto. Ex:

(14) *Estas foram suas últimas recomendações: que não renunciemos nunca ao nosso ideal.*

Observa-se que a referência tanto **anafórica**, quanto a **catafórica**, quando empregadas de maneira inadequada, podem causar ambigüidade e prejudicar a legibilidade do texto.

2) **Substituição**: é outro processo da coesão, bastante utilizado na escrita de textos e consiste em abreviar sentenças inteiras, utilizando predicados prontos como *fazer isso*. A substituição pode ser nominal (feita por meio de pronomes, numerais, indefinidos) ou de nomes genéricos (hiperônimos) como *coisa, gente, pessoa, criatura*. Funcionam também substituindo palavras como: *respectivamente, o mesmo, também, sim, não; o verbo fazer é substituto dos causativos e ser é substituto existencial*. Ex:

(15) *Quando o professor se retirou do recinto, os alunos fizeram o mesmo.*

3) **Elipse**: é um processo de referência que consiste na omissão de um item lexical recuperável pelo contexto. Ex:

(16) *João Paulo II esteve, ontem, em Varsóvia. Lá, disse que a Igreja continua a favor do celibato.*

Na segunda frase, o sujeito é o mesmo da primeira – João Paulo II, o sujeito foi retomado por ausência, o verbo *disse* informa quem é o sujeito. Este processo de coesão chama-se **elipse**.

4) **Conjunção**: processo que apresenta natureza diferente das outras relações coesivas descritas anteriormente, por não se tratar simplesmente de uma relação anafórica. Os elementos coesivos são conjuntivos não por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das

relações significativas específicas que se estabelecem entre as orações dentro do período, entre os períodos dentro de um parágrafo, entre os parágrafos no interior do texto. Essas relações possuem sempre uma série de equivalentes estruturais. Ex:

(17) *Um trovão seguiu-se à ventania.*

(18) *Depois da ventania, houve um trovão.*

(19) *Depois de ventar muito, trovejou.*

(20) *Ventou muito. Depois trovejou.*

Os principais tipos de elementos conjuntivos são: advérbios e locuções adverbiais; conjunções coordenativas e subordinativas; locuções conjuntivas; preposições e locuções prepositivas; itens continuativos como *daí, então, a seguir, etc.*

E para obtermos a coesão textual, ressaltamos a importância do emprego de elementos adequados para expressar as diversas relações semânticas conforme a estrutura e o contexto em que estiver inserido.

**5) Coesão Lexical:** processo que ocorre através da reiteração de itens lexicais idênticos, ou, que possuam o mesmo referente, de termos sinônimos ou palavras afins, que pertençam a um mesmo campo lexical. Esta é outra possibilidade de se utilizarem palavras ou expressões sinônimas dos termos que deverão ser retomados em sentenças subseqüentes. Ex:

(21) *João Paulo II esteve, ontem, em Varsóvia. Na capital da Polônia, o papa disse que a Igreja continua a favor do celibato.*

A coesão lexical permite a quem escreve manifestar sua atitude apreciativa ou depreciativa, em relação aos termos objeto da coesão.

Numa apreciação positiva. Ex:

(22) *João Paulo II esteve, ontem, em Varsóvia. Lá, Sua Santidade disse que a igreja continua a favor do celibato.*

Numa apreciação negativa, podemos ter:

(23) *João Paulo II esteve, ontem em Varsóvia. Lá, o mais recente aliado do capitalismo ocidental disse que a igreja continua a favor do celibato.*

Ainda, observamos que esse processo pode variar de acordo com o estilo pessoal de quem escreve, e também pelo conjunto de mecanismos coesivos, quando utilizados adequadamente na construção textual, constrói-se a textualidade, e conseqüentemente, na textualidade construímos os enunciados, isto numa visão semântica. Já no plano teórico da sintaxe estrutural, os mecanismos de coesão são apresentados nas gramáticas tradicionais como palavras invariáveis que estabelecem, entre as orações, uma relação coordenada ou subordinada, classificando sempre a oração que inicia. É o processo que estudamos no nível de períodos compostos por coordenação e subordinação.

### **1.1.5 Processos: Coordenação e Subordinação**

Na NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), roteiro que orienta o ensino da Língua Portuguesa nas escolas de 1º e 2º graus do país, encontramos as palavras coordenação e subordinação somente a partir do item relativo ao período composto. Em itens anteriores, estas palavras não são mencionadas, o que leva o estudante a crer que estes mecanismos sintáticos não operam em nível inferior ao período composto, ou seja, eles não ocorreriam dentro da oração, na construção de um texto.

Como neste trabalho interessa ver como se articulam os operadores *mas* e *embora*, na relação textual, na faixa específica da sintaxe, ou seja, a percepção destes elementos no interior dos enunciados, na construção do texto, não entraremos em pormenores quanto à questão do que deveríamos estudar em primeiro lugar.

Vale lembrar que o processo da coordenação implica emprego dos articuladores que ligam orações que têm sentido por si mesmas, sem dependência sintática uma da outra, estabelecendo entre elas apenas uma sucessão de idéias. Concordamos com as gramáticas aqui referidas no sentido de que as conjunções coordenativas podem ser aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas e são classificadas de acordo com o sentido que possuem no contexto (da frase).

Enquanto que o processo da subordinação implica no emprego dos articuladores subordinativos que são as conjunções subordinativas, as que ligam orações sintaticamente dependentes, estabelecendo uma relação de subordinação e podem ser: integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais ou temporais. Desse processo subordinativo, estudamos, no presente trabalho, as conjunções concessivas, locuções conjuntivas e também as locuções prepositivas que são: *embora, muito embora, ainda que, conquanto, posto que, apesar de, a despeito de, não obstante*. E particularmente dedicamos esforços no estudo da concessiva *embora*. Ex:

(24) *Embora a polícia tenha conseguido prender todos os ladrões, as jóias ainda não foram recuperadas.*

(25) *Apesar de a polícia ter conseguido prender todos os ladrões, as jóias ainda não foram recuperadas.*

De acordo com Suárez (1991), podemos dizer que a articulação sintática de oposição, quando utiliza a subordinação concessiva, tem um efeito de modalização, uma vez que prepara, com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado.

Observa-se que a subordinação concessiva exige o emprego do modo subjuntivo nas orações que introduz e as locuções prepositivas que também funcionam como articuladores



reduzem as orações que introduzem à forma infinitiva. O autor usa o termo *articuladores sintáticos* por entender que esta expressão abrange inclusive as locuções prepositivas, uma vez que elas também se prestam ao serviço de ligar orações.

Dispomos, portanto, de duas possibilidades de articulações opositivas, uma por coordenação e outra por subordinação. A primeira ocorre quando se faz uso da coordenação adversativa: a oração por ela introduzida, faz um encaminhamento argumentativo contrário ao da oração anterior, frustrando a expectativa do destinatário. Ex:

(26) *Fizemos o possível para conseguir as suas férias...quem ouve este enunciado e desconhece o intertexto, ou seja, quem não sabe do que se trata, fica sem saber se a resposta vai ser favorável ou não.*

Assim, se a resposta for: *você poderá entrar de férias a partir do dia 13*, o encaminhamento foi favorável. Por outro lado, poderemos ter uma outra resposta como: *mas você não poderá ter suas férias ainda neste ano, por motivo de força maior*. Este encaminhamento desfavorável frustra a expectativa do destinatário.

A outra possibilidade, ocorre por subordinação concessiva:

(27) *Embora tenha feito o possível para conseguir as suas férias...o destinatário, mesmo sem ouvir a seqüência da mensagem, fará o encaminhamento contrário ao que está posto na sentença introduzida pelo *embora*. Esta é a justificativa para se dizer que a articulação sintática de oposição tem um efeito de modalização, porque prepara com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado.*

Observamos ainda que nas gramáticas escolares, no estudo dos períodos compostos, chamar uma oração de coordenada ou subordinada, como chamar uma conjunção de coordenativa ou subordinativa, é só uma descrição, porque tais gramáticas não distinguem o nível da observação dos fatos do nível explicativo. Neste trabalho não só queremos descrever

a *função* das conjunções em estudo, mas também desejamos mostrar a força explicativa dos itens *mas* e *embora* que direcionam o discurso, ou, remetem o discurso para determinada conclusão.

Para o estudo da sintaxe da conjunção *embora*, consideraremos o trabalho de Guimarães (1981, p.86–93) em *Algumas Considerações sobre a Conjunção Embora*, que discute em seu estatuto sintático o problema da significação desta conjunção. Por sua vez, Guimarães (1987) considera em sua obra a posição de Bally (1965, p. 53-75) a respeito da coordenação e da subordinação de orações, procurando justificar se as orações iniciadas com *embora* são ou não coordenadas.

Conforme Bally *duas orações são coordenadas (fórmula C1 C2) quando a segunda tem a primeira por tema*. O autor explica que a coordenação retoma a primeira oração na segunda como subentendida, é o caso da elipse, e ainda diz que as coordenadas são independentes entre si e que esta autonomia aparece de modo claro quando são ditas por interlocutores diferente, como no caso dos diálogos. Ex:

(28) **L1** - *Está chovendo.*

(29) **L2** – *Então não devemos sair.*

Outro problema é o da *autonomia ou não das orações*, e dentre vários critérios consideram apenas três, usados também por Vogt (1978): *o alcance da pergunta; o alcance da negação; e o encadeamento do discurso*. Segundo Guimarães (1981), estes critérios parecem de fato capazes de indicar se duas orações são autônomas, podendo servir para realizar dois atos de enunciação distintos, ou não.

**a) O alcance da pergunta: Exemplos:**

(32) **Embora** *jogue bem, não foi convocado ?*

(33) *Não foi convocado, mas joga bem?*

Conclui-se que, nesse primeiro critério, o alcance da pergunta só incide sobre as frases em que a oração inicia por *mas* ou *embora*.

**b) O alcance da negação: Exemplos:**

(34) *Não foi aceito, embora tenha feito o trabalho.*

(35) *Não fez o trabalho, mas foi aceito.*

Conclui-se que quanto ao alcance da negação não incide sobre a frase toda, mas somente sobre as orações iniciadas por *mas* ou *embora*.

**c) O encadeamento do discurso: Exemplos:**

(36) *Creio que ele não foi convocado, **embora** jogue bem.*

(37) *Creio que ele joga bem, **mas** não foi convocado.*

Quanto ao encadeamento do discurso, conclui-se que as orações iniciadas por *mas* ou *embora* não fazem parte do enunciado anterior, pois, em (36), o que se articula com *creio* é que ele *não foi convocado*; em (37), que ele *joga bem*.

A esses três critérios Bally acrescenta um quarto, que é a separação que pode ocorrer no diálogo, como se observa a seguir.

(38) *L1 – Paulo já tinha feito isso.*

*L2 - **Mas** não me informou.*

(39) *L1 – Paulo não foi escolhido.*

*L2 - **Embora** fosse o mais indicado para o cargo.*

Notemos que, em cada um dos possíveis diálogos, há dois atos de enunciação, um de *L1* e outro de *L2*.

Considerando os quatro critérios acima, encontramos uma justificativa para a colocação do *mas* e do *embora* na classe coordenativa, pois, os exemplos mostram que as orações articuladas, ou iniciadas por um desses operadores são tomadas como capazes de realizar enunciações distintas, ou não. Assim, podemos dizer que ambas desempenham funções de conjunções coordenativas.

Para Bally esses critérios definem a coordenação e a subordinação, isto é, a maneira como cada uma das estruturas sintáticas revela o tema e o comentário da frase (na coordenação a segunda oração tem a primeira por tema, na subordinação não há nada que caracterize tema e comentário). Ex:

(40) *Paulo fez o trabalho, **embora** não quisesse fazê-lo.*

(41) *Paulo não queria fazer o trabalho, **mas** o fez.*

Observemos as paráfrases abaixo.

(40 a) *Paulo fez o trabalho. Ele o fez, **embora** não quisesse fazê-lo.*

(41 a) *Paulo não queria fazer o trabalho. Não queria, **mas** o fez.*

A partir dessas considerações, concluímos que as orações iniciadas por *mas* ou por *embora*, são vistas como tendo a oração anterior por tema e também, tanto pela observação do problema da pausa quanto o da autonomia e o da maneira como cada uma das estruturas sintáticas revelam tema e comentário, percebe-se que orações com *mas* ou *embora* desempenham funções na frase como coordenadas.

Além disso, vimos que os referidos operadores em estudo, dependendo da articulação dentro do contexto, direcionam o sentido do discurso. Assim podemos dizer que a conjunção *embora* é tal como a conjunção *mas*, uma conjunção coordenativa, um operador de discurso que estabelece estratégias de relação específicas entre locutor e destinatário e organiza argumentativamente o discurso.

As estratégias de relação apresentadas nesta seção exemplificam os fenômenos semânticos (pragmáticos) como a argumentação, e fenômenos sintáticos como a posição de orações numa frase e conseqüentemente os tipos de estruturação sintática (coordenação, subordinação). E sobre esses fenômenos semânticos considerados essenciais na produção textual pretendemos estabelecer uma relação teórica de referência que servirá de base para as posteriores análises. Pretendemos com esse exercício conferir a aplicabilidade lingüística da enunciação de Oswald Ducrot (1972) apresentada em *Princípios de Semântica Lingüística*.

## **1.2. Teoria de Semântica da Enunciação**

### **1.2.1 Argumentatividade e Informatividade**

Tomamos por princípio a idéia de que os discursos argumentativos se constituem a partir da própria estrutura lingüística e acreditamos ser importante o estudo dessa teoria no presente trabalho pelas implicações relativas aos fenômenos textuais.

Uma das implicações marca a fase da Teoria de Semântica Argumentativa que é a noção do pressuposto. Ducrot (1972) considera que o enunciado pode ser desdobrado em dois atos ilocutórios: ato de asserção(posto) e o ato de pressuposição( pressuposto). O posto refere-se ao que está explícito no enunciado, sendo da exclusiva competência do locutor. Já o pressuposto corresponde ao que está implícito no enunciado, ficando estabelecido no enunciado os limites do universo discursivo. Ainda essa teoria pode ser dividida em dois componentes para oraganização do sentido:

- a) *componente lingüístico* – atribui uma determinada significação ao ato lingüístico independente de qualquer contexto;

- b) *componente retórico* – determina com exatidão o sentido do ato lingüístico, porque mostra as situações contextuais em que tal ato foi realizado.

Logo, o sentido será a soma do enunciado (ato lingüístico) com a sua significação própria mais as situações contextuais em que foi realizado.

Nesta mesma obra Ducrot (1972, p. 142) apresenta um terceiro elemento de significação – o subentendido – que é diferente do posto e do pressuposto devido a dependência dos interlocutores para sua interpretação. A diferença entre pressuposto e subentendido está no fato que a pressuposição é a relação explícita na frase que se estabelece entre dois elementos de modo que a presença de um deles é condição necessária para a presença do outro. Isto é, a presença de um adjetivo pressupõe a presença de um substantivo e mesmo as alterações de ordem sintática, como a negação e a interrogação não o descaracterizam, pois os pressupostos estão sempre ali, imanentes.

Enquanto o subentendido é tudo aquilo que fica implícito no enunciado pela interpretação semântica. Os subentendidos possuem sempre, ao lado do sentido subentendido, o sentido literal.

Para este autor, a descrição semântica se torna um problema complexo, uma vez que os elementos de ordem psicológica e sociológica estão sempre intervindo na determinação do sentido de um ato lingüístico. Desse modo, uma mesma frase pode comportar várias significações de acordo com o contexto em que se realiza.

Um simples *Bom-dia* pode ter acepções diferentes:

- a) alguém realmente deseja que a pessoa tenha um dia alegre, bom;
- b) alguém deseja apenas cumprimentar outra, mera fórmula de cortesia;
- c) alguém que deseja apenas quebrar o silêncio, mera função fática da linguagem.

Diante da complexidade das diferentes significações enunciativas, Ducrot coloca em foco algumas questões fundamentais da pesquisa, como, por exemplo, a questão do valor de verdade dos enunciados. Afirma que a idéia geral dominante no seu trabalho é a percepção de que a língua (mais precisamente discurso) não pode ser reduzida à função informativa e que as frases da língua comportam, semanticamente, elementos que não equivalem às condições de verdade. Portanto, o objetivo da teoria de Semântica da Enunciação é descrever integralmente a língua sem fazer uso da noção de condições de verdade.

Ducrot, em entrevista ao Professor Heronides Moura da UFSC (1996), reafirmou a idéia de que a semântica de uma língua não pode ser do tipo veritativo ou logicóide e criticou a aplicação da lógica às línguas naturais dizendo que não podemos mostrar o funcionamento de tal ou tal característica de uma língua natural específica, mas podemos mostrar a semântica de uma língua natural, como nossa ferramenta lógica, e como funcionaria numa língua artificial (que talvez tenha algumas semelhanças com as línguas naturais).

Conforme o exposto, Ducrot radicaliza seu ponto de vista, afirmando que a lógica não serve para descrever a língua natural e crê que é fundamentalmente incorreta a descrição das línguas naturais considerando a noção de verdade. Logo, a logicidade não se adapta ao estudo das línguas naturais e ainda observa que o sentido de uma palavra é construído sempre levando-se em conta o contexto onde ela aparece. É o caso da referência. Ex:

(42) *O carro está na rua.* Para interpretar essa frase é preciso conhecer o tema da conversação. Apenas isso permite determinar o *universo de discurso* a que o locutor fez alusão, universo em que se pode especificar um, e apenas um objeto particular. Ex:

(43) Quando se chama *o carro* no exemplo acima, está sendo referido um carro determinado, e uma, e apenas uma via de circulação, está sendo chamada *a rua*.

Num outro exemplo como:

(44) *Você irá a Paris amanhã.* Podemos compreendê-lo como uma promessa, uma ordem, uma autorização, etc. E finalmente, é possível encontrar fora do contexto um significado para a conjunção *mas* numa seqüência como:

(45) *Pierre veio, mas havia Paul.* O que diz a conjunção é que as presenças de Pierre e de Paul deveriam levar a conclusões opostas. Mas compreender o enunciado é imaginar uma conclusão precisa que se poderia tirar de uma das presenças, e que se deve abandonar por causa da outra.

Estes exemplos demonstram que uma parte fundamental do sentido escapa à análise e a descrição das estruturas lingüísticas, provocando uma busca pragmática.

Logo, a pragmática mostra que aspectos semânticos escapam ao estudo das estruturas lingüísticas e que esses aspectos não são efeitos de sentidos longínquos, mas são construídos com a ajuda do contexto. Essa necessidade de recorrer ao contexto, ou, à situação para atribuir um sentido a um enunciado, mesmo no que constitui a parte central do sentido, que às vezes chamamos *literal*, não prova que a estrutura propriamente lingüística dos enunciados seja semanticamente desconsiderada. Pois, a pragmática não fornece sozinha um fragmento do sentido, mas indica o que se deve procurar dentro do contexto, e como procurar quando se quer interpretar um enunciado. Esta significação para o adjetivo *pragmático* torna-o mais ou menos sinônimo de *contextual*.

Uma segunda significação que se pode dar ao termo *pragmático* no sentido de um enunciado é o que se refere ao ato de enunciação realizado pelo locutor, isto é, todas as informações dadas pelo enunciado sobre a atitude de quem fala, no momento em que fala, e sobre as relações que sua palavra busca estabelecer entre os enunciados e seus interlocutores. Assim, podemos dizer que *pragmática* significa a diferença entre os enunciados, é o como, o quando e o que se fala. É a diferença entre um enunciado declarativo e um exclamativo. Ex:



(46) *Faz calor no Cairo.*

(47) *Que calor faz no Cairo!*

Ducrot, na mesma entrevista, diz ser uma tarefa importante e difícil descrever as expressões que, sem dar elas mesmas informações sobre as coisas, servem para articular entre elas diferentes segmentos de discurso, como as palavras *pois*, *mas*, *mesmo*, etc. Entre esses conectores, a expressão *afinal de contas* é particularmente rebelde à descrição, pois não se consegue fazê-la entrar em nenhuma das relações usuais. Essa expressão parece introduzir muitos argumentos.

Enquanto Ducrot, na primeira acepção, define como pragmático o que as circunstâncias da enunciação acrescentam à significação estrita das palavras, ou seja, a pragmática mostra que o sentido semântico das palavras é construído com a ajuda do texto, na segunda acepção, pragmática mostra que as palavras da língua contêm dentro delas a significação como parte integrante e funcionam como dispositivos que permitem representar, à medida em que são utilizados e em que o discurso que os utiliza. Apesar dessa diversidade dos efeitos produzidos, nenhuma dessas opções ignora o fenômeno da enunciação; as duas acepções levam em conta o fenômeno da enunciação.

A partir dessas conclusões, acreditamos que semântica e pragmática se completam e a razão é que esse assumir e essa situação não podem ser considerados neles mesmos, independentemente das palavras escritas ou pronunciadas, mas, sim, a partir dessas palavras é que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados, ou levados em consideração.

E a visão de que as palavras têm por função comunicar informações implica que as frases da língua devem ser caracterizadas em termos de verdade ou falsidade e, pensando assim, gramáticos e filósofos da linguagem impõem limites à validade da concepção veritativa. Mas Ducrot não concorda com essa idéia e diz que lingüistas deveriam negá-la

desde o início. Dessa reflexão nasce o estudo do sentido dos enunciados, um conteúdo descritivo, o que aparece escrito, materializado, que é o *dictum* e a atitude do sujeito falante em relação a esse conteúdo, ou seja, é o modo como se estabelece a forma de representar o conteúdo, que é o *modus*. É o que veremos a seguir.

### 1.2.2 Modus e Dictum

Nessa fase da pesquisa, esse texto tornou-se pertinente ao trabalho, por lidarmos com produções textuais, pois, de uma forma ou de outra, o aluno escritor precisa representar seu entendimento, sua vontade, ou seu ponto de vista, e assim o materializa de forma escrita. Ex:

(48) *Talvez Jean esteja aí. Ou*

(49) *Felizmente, Jean está aí.*

Aplicam-se dois *modus* diferentes (dúvida, satisfação) ao mesmo conteúdo. Só o *dictum* tem valor descritivo e constitui uma proposição suscetível de ser verdadeira ou falsa: a atitude, por si mesma, está fora dessa alternativa. O entendimento é passivo, concebe idéias que representam ou pretendem representar as coisas. A vontade é ativa, toma decisões em relação a essas representações: aceita, questiona, recusa.

Em Carone (2000), uma frase escrita de um ponto de vista lógico revela duas ordens de correlações: os elementos referenciais externos que a frase evoca: fatos, seres, processos, é o *dictum*, mas o que implica na atitude do locutor, em suas dúvidas, seus sentimentos e opiniões, é o *modus*. Ex:

(50) *Desejo que ele venha e*

(51) *Receio que ele venha.*

As frases contêm o mesmo *dictum* (a vinda dele), mas não o mesmo *modus* (desejo/receio).

Ducrot critica essa teoria porque entende que, no momento em que o *modus* informa sobre o objeto interior (o eu), passa a ser informativo. Assim os dois elementos do sentido são informativos, ou seja, informam sobre realidades: o *dictum* representa um objeto exterior, enquanto o *modus*, um objeto interior, mas a partir dessa reflexão, Ducrot desenvolve a noção de polifonia que trataremos a seguir.

### 1.3 Teoria Polifônica da Enunciação

A idéia base da Teoria Polifônica da Enunciação é que o sentido de um enunciado é constituído pela superposição de vários discursos elementares, cujos supostos responsáveis, são às vezes chamados de *enunciadores* (*E*). Estes enunciadores podem ser diferentes do responsável que o enunciado atribui a si mesmo, que chamamos *Locutor* (*L*), isto é, pode haver uma espécie de diálogo imaginário que se resume a sistematizar esta idéia de pluralidade, transportando-a na sincronia, um modo de ver, a que a tradição filosófica recorre, às vezes para explicação diacrônica.

Foi Mikhail Bakhtin (1929) o primeiro estudioso a elaborar o conceito da polifonia dentro dos estudos lingüísticos em que há toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras. Bakhtin, durante toda sua vida, foi fiel ao desenvolvimento de um conceito: o de dialogismo.

A preocupação de Bakhtin foi mostrar que *o discurso não se constrói sobre o mesmo, mas se elabora em vista do outro*. Em outras palavras, o outro perpassa, atravessa, condiciona

o discurso do *eu*. O autor aprofundou esse conceito e mostrou suas várias faces: a concepção carnavalesca do mundo, a palavra bivocal, o romance polifônico, etc.

Desse modo, Bakhtin tomou como exemplo o romance de Dostoievski e disse ser polifônico porque é constituído não como uma unidade de uma consciência, mas como unidade de interações de consciências múltiplas das quais nenhuma se tornou completamente objeto para outra.

Mais tarde, sobre as particularidades da poética de Dostoievski, Bakhtin tem uma nova visão das manifestações do gênero temático-composicionais na obra dostoievskiana. Dostoievski desenvolve categorias na teoria da linguagem, com o dialoguismo que tem como princípio básico: *nada é unívoco, existe sempre uma outra voz, ou vozes diferentes dentro de um texto, contando o mesmo texto*. Isto é, neste plurilingüismo, nessa superposição de vozes, a linguagem está sempre permeada por outra voz, por outros textos.

Ducrot (1987) parte desse pressuposto e desenvolve seus estudos sobre a Teoria Polifônica, dizendo que há uma visão dos textos como um todo, e que tal teoria não chega a analisar os enunciados específicos que compõem estes textos literários. Ducrot critica e até mesmo substitui o postulado da unicidade do sujeito falante. Para esse lingüista, o sujeito não é um ser uno (responsável por todos os pontos de vista que expressa ou pelos atos de fala que deixa transparecer em seu discurso). Entendemos que num mesmo discurso, pronunciado ou escrito por um mesmo locutor, pode haver mais de uma voz, o que Ducrot chama de *mais de um ponto de vista*.

Segundo Ducrot, é constitutivo do sujeito (ou locutor) estar em relação constante com um *outro* do discurso. Tal sujeito faz referência a este *outro* expressando sua ótica dentro de uma enunciação, que pode ou não ser compatível com o seu ponto de vista (do sujeito). O *outro* expresso no discurso estaria se referindo a uma perspectiva ou postura de um ou mais enunciadorees, segundo nomenclatura adotada por Ducrot.

Para o pesquisador, *Locutor (L)* é um ser que no próprio sentido do enunciado apresenta-se como seu responsável, no texto apresenta-se em primeira pessoa, é o narrador que participa do fato, é como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado, o L é designado por Eu, mas pode ser diferente da experiência de mundo, autor empírico/ produtor de um enunciado. Um enunciado pode apresentar mais de um *L*, dependendo da referência feita pelas marcas de primeira pessoa. Enquanto que o *L*, quando explícito, pode aparecer como *eu* ou *nós*, causando efeitos de sentido diferentes, o efeito do uso do *eu* pode se referir a uma tomada de posição.

Ducrot (1987), diz que a polifonia pode ocorrer em uma outra instância: a do enunciador, isto é, dentro de um enunciado podem existir vários pontos de vista distintos, sendo que cada um destes é representado por enunciadores e os quais são incorporados na enunciação do locutor.

Na teoria polifônica o autor distingue entre várias vozes, pelo menos duas: o locutor e o enunciador, desempenhando novos papéis. O locutor passa a ser locutor (*L*) enquanto tal, fonte do dizer e responsável pela enunciação, e o locutor enquanto pessoa no mundo (*Lp*), constituído no nível do dito, através do conteúdo do enunciado, é o ser empírico ou sujeito empírico (*SE*): Ex:

(52) *Eu te desejo boa sorte.*

Neste enunciado distinguimos dois locutores diferentes: o *L*, responsável pela enunciação que realiza o ato de *desejar* afirmando que *Lp*, o ser empírico, representado por (*eu*) que experimenta o desejo independentemente da asserção que faz dele, deseja (*boa sorte*); e o *SE* enquanto ser do mundo que experimenta o desejo (*de boa sorte*).

Em qualquer discurso direto podemos detectar a voz de mais de um locutor, ou, segundo Ducrot, podemos detectar mais de um ponto de vista. Ex: duas pessoas conversam sobre um campeonato de futebol na cidade.

(53) *L1: Meu time jogou bem.*

(54) *L2: Mas não conseguiu o título almejado*

O **L1** = locutor enquanto tal é a fonte do dizer é o ser responsável pela enunciação.

O **L2** = locutor enquanto pessoa no mundo (**Lp**) é constituído no nível do dito, através do conteúdo do enunciado.

Observa-se que este enunciado poderia ter sido dito pelo mesmo enunciador, assim:

(55) *Meu time jogou bem, mas não conseguiu o título almejado.*

Mesmo assim distinguem-se duas figuras de locutor: o **L1** responsável por todo o enunciado, e o **L2**, responsável por parte do enunciado (mas não conseguiu o título almejado). Segundo Ducrot, são personagens muito diferentes: *o sujeito empírico, o locutor e o enunciador*. Sujeito empírico (**SE**) é o produtor do enunciado, o locutor (**L**) é a pessoa responsável pelo enunciado, é a quem se atribui a responsabilidade da enunciação no próprio enunciado, e o enunciador não é uma pessoa, mas *pontos de vista* que se mostram no enunciado. O **L** pode identificar-se, ou não com um desses enunciadores. Imaginemos a seguinte cena: Pedro, justificando seu mau desempenho no exame, afirma para sua mãe que estudou, e ela lhe responde:

(56) *Certamente você estudou, mas não conseguiu aprovação.*

Neste enunciado o autor não pode ser visto como responsável pelas duas afirmações: *certamente você estudou*, e *você não conseguiu aprovação*. Temos dois enunciadores em duas cenas diferentes, isto é, dois pontos de vista contrários. O locutor (**L**), neste caso, a mãe de

Pedro, identifica-se com o segundo enunciador (**E2**), e associa seu alocutário que é Pedro a (**E1**). Primeiro ponto de vista: a mãe de Pedro reconhece que ele tenha estudado, mas não afirma por conta própria (o emprego da palavra *certamente* indica que **L** não se identifica com **E1**). Ao mesmo tempo este mesmo **L** rejeita o argumento de **E1** e apresenta um contra-argumento, ou seja, o segundo ponto de vista iniciado pelo conector opositivo *mas*.

Num enunciado negativo (**não-p**) existem, pelo menos, dois enunciadores. O **E1**, que expressa seu ponto de vista na primeira proposição, ou seja, na primeira parte da frase, representado por **p**, e **E2**, que apresenta uma recusa do primeiro ponto de vista. No enunciado negativo tem-se uma espécie de diálogo, onde dois enunciadores têm pontos de vista contrários, é o *diálogo cristalizado*. O enunciador **E2** geralmente se identifica com o locutor, o que não ocorre com o enunciador **E1**, que nunca pode ser identificado com o locutor. Ex:

(57) *O candidato não é brilhante.*

Percebemos dois atos ilocutórios distintos. O primeiro é uma asserção positiva relativa ao desempenho do candidato, o outro, uma recusa ao brilhantismo do candidato. Neste enunciado o **L** põe em cena dois enunciadores, um personagem diferente do locutor **E1**, podendo ser o alocutário ou um terceiro, que diz *o candidato é brilhante*, e outro, o **L**, que coloca em cena um enunciador **E2**, que assume a responsabilidade do enunciado e afirma que o candidato não é brilhante. Geralmente os enunciados negativos mostram o choque de pontos de vista antagônicos: um positivo dado ao **E1** e outro contrário dado ao **E2**.

Segundo a teoria polifônica da enunciação de Ducrot, em um mesmo enunciado há vários sujeitos presentes com status lingüísticos diferentes: o sujeito empírico SE, que é o produtor do enunciado e nem sempre facilmente identificado e que segundo Ducrot não chega a ser um problema porque não é um problema com o sentido do enunciado. O lingüista semanticista deve preocupar-se com o sentido do enunciado e não com quem produz o enunciado.

Em seguida, Ducrot coloca que todo o enunciado apresenta pontos de vista referentes às situações das quais se fala. Portanto, os enunciadores não são pessoas, mas são pontos de vista que se mostram explícitos ou implícitos no enunciado. Assim o locutor pode ou não identificar-se com um desses enunciadores.

*É neste imbricamento de enunciadores que se estabelece o jogo polifônico das vozes que compõem o discurso. As origens dessas vozes podem ser referidas ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral (Koch, 1987, p.142).* E Ducrot reafirma essa idéia mostrando que é nesse jogo polifônico de diferentes pontos de vista da enunciação que o locutor não é necessariamente o responsável pela afirmação. E assim, dentro de um enunciado, podemos ter pontos de vista que rejeitam ou contra-argumentam a proposição iniciada por um conector opositivo; isto equivale a uma forma de negação.

Ainda vimos que formas de negação se relacionam diretamente com os morfemas de sentido adversativo envolvendo fenômenos lingüísticos como a negação, ironia e pressuposição dentre outras. É o que veremos a seguir.

### **1.3.1 Negação, Ironia e Pressuposição**

As vozes, às quais Koch se refere no texto anterior, ou, pontos de vista, como chama Ducrot, se caracterizam por apresentarem no enunciado uma forma de negação. E como no estudo dos morfemas *mas* e *embora* vimos que ambos podem ser considerados conjunções coordenativas por desempenharem no enunciado funções com valores adversativos, isto é, negam na segunda proposição o que foi dito na primeira. São os fenômenos que discutiremos nos textos a seguir: *negação, ironia e pressuposição*

#### **1.3.1.1 Negação**



Negação, é um *fato de língua*, inscrito na frase (sendo raramente o caso no que diz respeito à ironia). Para descrever a negação, deve-se recorrer à distinção do locutor e do enunciador, distinguindo-se quem sustentaria o ponto de vista razoável. Se *L* deve marcar que é distinto de *E*, é de uma maneira totalmente diferente, recorrendo a uma evidência situacional, a entonações particulares e também a certos torneios especializados na ironia como:

(58) *Que ótimo!*

Ducrot (1980), em *Les Mots du Discours*, descreveu um enunciado declarativo negativo, por exemplo:

(59) *Pedro não é gentil*, como a apresentação de dois atos ilocutórios distintos. O primeiro, *A1*, é uma asserção positiva relativa à gentileza de Pedro, o outro, *A2*, é uma recusa de *A1*. Os atos *A1* e *A2* não podem ser imputados ao mesmo autor. Geralmente o enunciador *A2* é assimilado ao locutor, e o de *A1* a uma personagem diferente do locutor, que pode ser tanto o alocutário quanto um terceiro. O locutor *L* que assume a responsabilidade do enunciado *Pedro não é gentil* coloca em cena um enunciador *E1* que sustenta que Pedro é gentil, e um outro, *E2*, ao qual *L* é habitualmente assimilado, que se opõe a *E1*.

Logo após, o autor retoma esta tese e diz não poder mais atribuir aos enunciadores um ato ilocutório como a afirmação, não estando os enunciadores mais ligados a nenhuma fala; compreende, então *A1* e *A2* não como atos, mas como pontos de vista opostos, o que se entende por forma de negação. Até aqui o autor explicou um dos efeitos da negação na fala, perceptível certamente no sentido dos enunciados negativos, mas levando-se em conta que toda vez que se diz algo imagina-se alguém que pensaria o contrário e ao qual se opõe a lei que se aplica aos enunciados positivos dizendo-lhe: *Pedro é gentil*.

O lingüista, para justificar sua tese sobre negação, mostra uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos e explica que uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação. Entre os signos desta dissimetria está o emprego da expressão *ao contrário*. Assim, depois de um enunciado negativo *Pedro não é gentil*, não se pode encadear a expressão *ao contrário*, *Ele é insuportável*. Logo, essa possibilidade fica excluída se o primeiro enunciado for positivo. Não se terá nunca *Pedro é gentil*. *Ao contrário, ele é adorável*. Essa teoria da negação dá conta da diferença. No segundo caso, o lugar deste enunciador já está marcado na frase (cuja significação impõe que seja personalizado, mesmo de forma vaga) no momento em que se interpreta o enunciado.

Atualmente Ducrot distingue três tipos de negação: *a Metalingüística, a Polêmica e a Descritiva*.

**1. Metalingüística** - Negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe, que permite anular os pressupostos do positivo subjacente. Exemplo:

(60) *Pedro não parou de fumar*, de fato ele nunca fumou na sua vida. Essa afirmação *não parou de fumar* não pressupõe que fumava antes, só é possível como resposta a um locutor que acaba de dizer que Pedro parou de fumar.

**2. Polêmica** – Esta negação corresponde à maior parte dos enunciados negativos. Nesse caso, o locutor de *Pedro não é inteligente*, assimilando-se ao **E2** da recusa, opõe-se não a um locutor, mas a um enunciador **E1**, que coloca em cena no seu próprio discurso, e que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo. Esta negação tem sempre um efeito rebaixador e mantém os pressupostos.

**3. Descritiva** - Esta terceira forma de negação Ducrot considera como um derivado de locutivo da negação polêmica. Se posso descrever Pedro dizendo *ele não é inteligente* é porque lhe atribuo a propriedade que justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado

subjacente à negação polêmica: dizer de alguém que ele não é inteligente, é atribuir-lhe a propriedade que legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ele é inteligente, portanto, esta negação serve para representar um estado de coisas, quer dizer que a intenção do locutor não é apresentar, em seu enunciado, uma oposição do discurso contrário.

Assim, nenhum discurso é neutro, não vem ao mundo numa inocente solicitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição. Fica claro que tudo o que é dito sempre tem uma intenção que ninguém diz ou escreve algo sem objetivo, com isso podemos afirmar que todo discurso é intencional, foi dito ou escrito para alguém com determinada intenção, mesmo quando explicitamos um enunciado afirmativo, e na verdade queremos dizer exatamente o oposto, como no caso da ironia.

### 1.3.1.2 Ironia

A ironia, como já foi referido, é outra forma de negação muito usada em textos escritos; é um caso polifônico. Essa palavra vem do grego *Eiróneia* e quer dizer *pergunta*. Sócrates fazia perguntas aos seus discípulos fingindo ignorância. Em termos genéricos, sustenta-se, desde Aristóteles, que a ironia não passa de uma atitude fingida, de um dizer contrário àquilo que se pensa. Segundo Castin (1979), *Palavras afirmam o que o pensamento nega*. Este autor destaca alguns tipos de ironia comuns em textos escritos, como:

**1) Ironia pura** é a expressão do pensamento por antítese. Existe aqui uma dissociação entre o que se pensa e o que se diz. *É um processo de conduzir negativamente à verdade*. Ela se manifesta pelas antíteses, pelas formas hiperbólicas, pelos absurdos, pelo eufemismo. Exemplos:

#### a) antítese:

(61) Em “*O Alienista*”, Simão Bacamarte declara: “*Onze mortos e vinte e cinco feridos, repetiu o alienista, depois de acompanhar o barbeiro até a porta. Eis aí dois lindos casos de doença cerebral.*” ( *M. Assis – O Alienista*)

**b) eufemismo:**

(62) O eufemismo consiste em atenuar o que é desagradável ou considerado como tal pela substituição de palavras ou expressões rudes ou tristes por outras mais suaves. Ex: *Os amigos que me restam são de data recente; todos os antigos foram estudar a Geografia dos campos santos.* ( *M. Assis – D. Casmurro*)

**c) Sátira:**

É outra forma de negação, que consiste basicamente na crítica às instituições ou pessoas. Está sempre em contigüidade com o humor, o riso, o burlesco, a comédia; é uma forma de encarnar determinado tipo e torná-lo ridículo. Assim as qualidades passam a ser vistas como defeitos e os defeitos se sobressaem pelo ridículo. Exemplos machadianos:

(63) Sobre o Sr. Antunes: *Ele pertencia à falange daqueles espíritos que, através dos anos e ainda nos regelos do inverno, conservam as calcinhas da primeira idade...*( *M. Assis – Iaiá Garcia*)

(64) A respeito de Virgília, amante de Brás Cubas: *Era isto Virgília (...) muita preguiça e alguma devoção...*( *M. Assis – Memórias Póstumas*)

2) **Ironia Disfemística** – Este tipo de ironia ocorre quando se acentua a idéia de superioridade do ironista para o ironizado. O *disfemismo* é uma forma de rebaixamento porque nega às pessoas o caráter de extraordinárias; considera as pessoas banais; compraz-se com tudo que se opuser ao engrandecimento. Exemplos:

(65) Sobre Viana, em *Ressurreição*: *Nasceu parasita como outros nascem anões. Era parasita por direito divino.* ( *M. Assis – Ressurreição*)

(66) Eis como Iaiá Garcia caricaturou, em desenho, a face de Procópio Dias: ... *a fealdade de Procópio Dias excedia às proporções verdadeiras, o nariz era enormemente triangular, as rugas da testa grossas e infinitas: um monstro cômico.*(M. Assis – Iaiá Garcia)

(67) O *disfemismo* se compraz em focalizar realidades íntimas e defeitos do corpo: *Eugênia coxeava um pouco...*( M. Assis – *Memórias Póstumas*)

3) *Oxímoro - Oxímoro* tem origem no grego Oxymoros *muito ignorante*. Este tipo de ironia caracteriza-se estruturalmente, segundo Massaud Moisés (1974, p. 378), pela combinação de uma unidade sintática de duas declarações antagônicas, ao passo que na antítese a simetria das expressões corresponde ao binômio do pensamento. Não deixa de ser paradoxismo, algo contrário ao bom-senso ou senso-comum, porém de forma um tanto mais intensiva que o paradoxo. Os oxímoros, na Literatura, manifestaram-se acentuadamente na fase barroca. Exemplo, o soneto de Camões:

(68) *Amor é um fogo que arde sem se ver;*

*é ferida que dói e não se sente;*

*é um contentamento descontente;*

*é dor que desatina sem doer. (...)*

Ducrot (1987) manifesta-se sobre ironia em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, dizendo que essa forma de negação é freqüentemente tratada como uma forma de antífrase: *diz-se A para levar a entender não-A, sendo considerados idêntico o responsável por A e o por não-A*. Nesse caso se trataria de uma figura, modificando um sentido literal primitivo para obter um sentido derivado (como o *litotes* transforma um sentido *um pouco* literal em um sentido *muito derivado*), e a diferença é que a transformação irônica é uma inversão total, ele afirma que falar de modo irônico é, para um locutor *L*, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador: Exemplo:

Anunciei-lhes, ontem, que Pedro viria me ver hoje, e vocês se recusaram a acreditar. Posso hoje, mostrando-lhes *Pedro efetivamente presente*, lhes dizer de modo irônico:

(69) *Vocês vêem, Pedro não veio me ver.*

Esta enunciação irônica de que assumo a responsabilidade enquanto locutor (é a mim que o me designa), apresento-a como a expressão de um ponto de vista absurdo, absurdidade de que não sou o enunciador, podendo até mesmo, neste caso, serem vocês (é esta assimilação do enunciador ao alocutário e isso torna a ironia agressiva: faço-os sustentar, na presença de Pedro, que Pedro não está presente).

Ducrot expõe a distinção de locutor e de enunciador e, para tanto, recorre ao fenômeno da ironia afirmando ser *a ironia um destes jogos que a fala permite, mas que são subversões ou, pelo menos, deformações da estrutura da língua.*

Outro argumento empírico explorado na concepção da frase e da significação está ligado a fatos de experiência no fenômeno da pressuposição.

### 1.3.1.3 Pressuposição

A pressuposição é outro fenômeno lingüístico em que acontece o jogo polifônico. Este jogo detecta o estatuto pragmático das nominalizações, isto é, localiza no enunciado o enunciador, ao qual o locutor (*L*) não está explícito, mas que é assimilado a uma voz coletiva. Assim no exemplo:

(70) *Pedro parou de fumar*, não se apresenta como afirmado, na sua fala atual, que Pedro fumou antes. Simplesmente representa-se esta crença no interior de seu discurso, e se lhe dá como sujeito, entre outras pessoas, o indivíduo que estava e está ainda fora de sua enunciação. Este é o resultado característico da pressuposição: assumindo a responsabilidade de um conteúdo, não se assume a responsabilidade da asserção deste conteúdo, não se faz

desta asserção o fim pretendido de sua própria fala, (o que implica a impossibilidade, definidora, da pressuposição, de encadear com os pressupostos). A pressuposição é a relação que se estabelece entre dois elementos de modo que a presença de um deles é condição necessária para a presença do outro.

Finalizamos esta seção reafirmando que o significado semântico de *negação*, *ironia* e *pressuposição* são formas de negação que se relacionam diretamente com palavras de sentido adverso, como é o caso dos operadores argumentativos *mas* e *embora*. O estudo desses textos nesse trabalho contribui para procedermos à análise polifônica que faremos nos fragmentos retirados do corpus, em que foram usados esses conectivos.

Ducrot (1981, p. 178-228) desenvolve a tese de que a atividade argumentativa possui marcas na própria estrutura do enunciado, e essas marcas, além de serem conteúdos informativos, servem também para dar orientação argumentativa ao enunciado, ou seja, servem para conduzir o destinatário a uma ou outra direção. No próximo texto, intencionalmente comprovaremos esta afirmação, verificando a aplicabilidade da Teoria da Argumentação.

#### **1.4 Teoria da Argumentação**

*“... como dar conta do fato de que, em certas circunstâncias, o enunciado *Que tempo bom !* possa ser dotado de um valor aproximadamente equivalente a *“Que tempo feio”*, e, em outras circunstâncias, ser compreendido como *“Não temos muita coisa a dizer um do outro...”*, ( ... ). Decidir qual é a significação do enunciado fora de suas ocorrências possíveis, implica ultrapassar o terreno da experiência e da constatação. (Ducrot, 1987).*

Se digo duas vezes seguidas um mesmo enunciado habitualmente transcrito *O tempo está bom*, produzo dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente. E para dar conta de fenômenos lingüísticos como, por exemplo, o que já foi exposto é que estudaremos a *Teoria da Argumentação*.

Partindo da idéia de que a interação social acontece por intermédio da língua e processa-se essencialmente através da argumentação é que os lingüistas consideram a palavra basicamente dialógica e afirmam que ela está tão determinada por quem a emite quanto por aquele para quem é emitida.

Nos anos 60, na Europa, os estudiosos da linguagem constataram que a lingüística da frase já não era suficiente para resolver certos fenômenos lingüísticos em relação ao texto. Os fenômenos se apresentavam mais complexos, como, por exemplo, fatos de caráter sintático-semântico ocorrentes entre enunciados e seqüências de enunciados. Surgia, assim, a necessidade de uma lingüística mais voltada para os mecanismos da organização textual, responsáveis pela construção do sentido.

Os estudos lingüísticos foram aprofundados e, a partir de então, por volta dos anos 70, a preocupação dos lingüistas passou a ser com os processos e mecanismos de organização do texto dentro de um contexto social, histórico e cultural e o texto passou a ser abordado sob dois pontos de vista: Primeiro detendo-se nos mecanismos sintáticos-semânticos responsáveis pela produção do sentido, e segundo, analisando o texto como objeto cultural produzido a partir de certas condições culturais em uma relação dialógica com as condições históricas de outros textos.

Ducrot e Jean Claude Anscombre (1973) publicaram na França a obra *La preuve et le dire*, apresentando no capítulo XIII, *Les échelles argumentatives* a primeira forma de Teoria da Argumentação na Língua, a qual Ducrot chama de forma padrão.



Nesta teoria, eles defendem a idéia de que as argumentações realizadas no discurso estão determinadas pelas frases da língua e que a argumentação está inscrita e prevista na própria língua, ou seja, que o uso da linguagem pelo interlocutor é inerentemente argumentativo.

A introdução à Teoria da Argumentação na Língua se dá com a publicação de *As Escalas Argumentativas* (1973), e em 1981 Ducrot desenvolve a tese de que a atividade argumentativa possui marcas na própria estrutura do enunciado: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas também é consequência do fato de a frase poder comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, para conduzir o destinatário em tal ou qual direção.

Ao mesmo tempo o autor introduz a noção de orientação argumentativa, relacionamos aqui os operadores argumentativos mas e embora, que podem ser argumentos mais ou menos fortes. Para essa gradação o autor elabora a noção de escala argumentativa. Assim, diz-se que  $p$  é um argumento para a conclusão  $r$ , se  $p$  é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir  $r$ . Quando vários argumentos –  $p$ ,  $p'$ ,  $p''$ ... – se situam numa escala gradual, apontando com maior ou menor força, para a mesma conclusão  $r$  diz-se que eles pertencem a mesma escala argumentativa e quando duas ou mais escalas estão orientadas no mesmo sentido, formam uma classe argumentativa. Ducrot (1981, p. 180) define classe argumentativa como: Classe Argumentativa (CA) – diremos que um locutor- entendendo-se por essa palavra um sujeito falante inserido numa situação de discurso particular – coloca dois enunciados  $p$  e  $p'$  na CA determinada por um enunciado  $r$ , se ele considera  $p$  e  $p'$  como argumentos a favor de  $r$ . Suponhamos por exemplo que a vinda de Pedro e de Paulo me parecem, tanto uma quanto a outra, autorizam a conclusão *A reunião foi um sucesso*. Nesse caso, dir-se-á que, para mim,

os enunciados *Pedro veio e Paulo veio* pertencem à CA determinada por *A reunião foi um sucesso*.

Portanto destaca-se o objetivo da Teoria da Argumentação na Língua, que é mostrar que a argumentação está marcada na língua e que a significação da frase contém em si mesmas instruções para a construção dos sentidos dos enunciados. Mais tarde, tendo como ponto de partida essa idéia Ducrot e Anscombe (1988, p. 98) reformulam esse princípio sob duas formas diferentes que vem a ser a forma mais recente da teoria, a chamada forma *standard*.

Na *forma standard* uma argumentação compreende necessariamente dois segmentos do discurso que é o argumento e a conclusão. Essa primeira idéia já constava na concepção tradicional de argumentação, mas os autores acrescentam uma segunda idéia que está subjacente à *forma standard*, é a de que o potencial argumentativo de um enunciado está constituído por um conjunto de enunciados e conclusões possíveis a partir do enunciado. E para definir a *forma standard* os autores recorrem a expressão *potencial argumentativo*.

Os lingüístas incluíram e definiram a expressão *potencial argumentativo* como sendo um conjunto de enunciados (*E*), cujo traço constitutivo é o de ser empregado com o objetivo definido de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros, e para fazer a descrição de tais enunciados é necessário determinar a sua orientação discursiva, isto é, as conclusões para as quais ele (o enunciado) pode servir de argumento.

Encontramos nessa teoria base para estudo e discussão dos itens *mas* e *embora*, porque, na linguagem escrita, a proposição iniciada por uma dessas palavras estabelece a orientação argumentativa do discurso. Além disso, Ducrot apresenta o termo *operador argumentativo*, criado por ele para designar certos elementos da gramática de determinada língua que têm por função *indicar* ou *mostrar* a força argumentativa dos enunciados, a

direção, o sentido, para o qual apontam, e desenvolve a noção de *escala argumentativa* para explicar o funcionamento dos operadores argumentativos.

Para Ducrot, o termo *operador argumentativo* se define assim: *x é um operador argumentativo se em um enunciado de p e um enunciado de p' (onde p' = p + x) permite conclusões diferentes, diferença impossível de derivar de sua posição no nível factual (Ducrot, 1987: 20-1).*

Assim, se considerarmos a frase **p** poderemos ter a frase **p'**. Exemplo :

(71) **p** – Pedro trabalhou;

(72) **p'** – Pedro trabalhou pouco.

Outra observação feita pelo autor é que, dependendo do contexto em que o enunciado estiver inserido, as conclusões de **p** serão diferentes das conclusões que podemos chegar a partir de **p** ou **p'**. E, ainda, se concluirmos que as forças argumentativas de **p** e **p'** são diferentes, teremos sempre conclusões opostas num mesmo contexto e, baseados no estudo da argumentação, podemos ver como se comportam as orações iniciadas pelos operadores argumentativos *mas* ou *embora*. Exemplos com *mas*:

(73) Não queria (A), *mas* fiz o trabalho (B), porque será melhor para mim (C).

(74) Não queria, *mas* fiz o trabalho. E não queria fazê-lo porque não gosto deste trabalho.

Nas situações (73-74) a oração **C** se articula com *mas B* e não com A, nos dois exemplos.

Exemplos com *embora*:

(75) Fiz o trabalho (A), *embora* não quisesse (B), porque será melhor para mim.(C)

(76) *Embora* não quisesse, fiz o trabalho, porque será melhor para mim.

(77) *Embora* não quisesse, fiz o trabalho, porque não gosto deste trabalho.

(78) Fiz o trabalho, *embora* não quisesse, porque não gosto deste trabalho.

Nos exemplos (75-78) a oração **C** se articula normalmente com a oração **A**, *embora B* (**Embora B, A**); a continuação do discurso se articula com a oração que não tem o *embora* (articula-se com **A**). Ao contrário, em *A mas B* a continuação do discurso se articula com a oração que tem o *mas* (articula-se com *mas B*).

Vejamos essas frases:

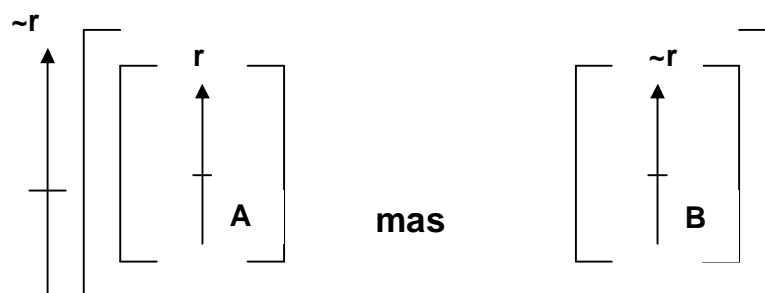
(79) *Embora* não quisesse, fiz o trabalho. E não queria fazê-lo porque não gosto deste trabalho.

(80) Não queria, *mas* fiz o trabalho. E não queria fazê-lo porque não gosto deste trabalho.

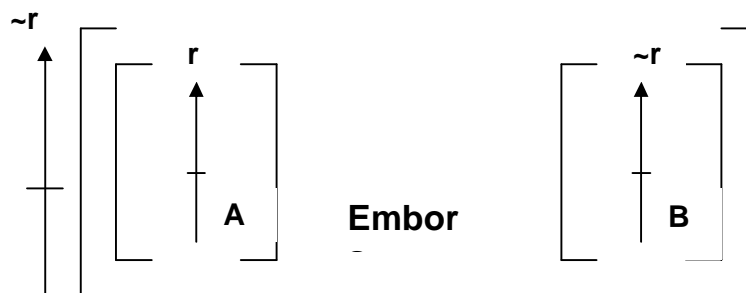
Estas seqüências (79-80) contrariam as conclusões anteriores sobre como as enunciações do tipo *A, embora B* ou *A, mas B* estabelecem a direção do discurso, já que em (79-80) encadeia-se *porque não gosto deste trabalho* com *não querer*, que é *Embora B* em (79) e *A* em (80). Antes havíamos visto que em orações com o *embora*, o encadeamento se fazia com **A** e que em orações com o *mas* o encadeamento se fazia com *mas B*. Portanto, não é o mesmo que ocorre em (79-80).

Notemos que para encadear algo com *embora B* em **B, A, embora**, faz-se necessário retomar *A*, ou seja, faz-se necessário tomar *embora B* como uma nova enunciação depois de *A, embora B* e tomar *A* como uma enunciação nova depois de *A, mas B*, para que se possa encadear algo com *embora B* ou com *A*, respectivamente. Na verdade, o encadeamento que observamos em (79-80) reforça a conclusão de que o encadeamento com *A, embora B* faz-se com *A*, enquanto que com *A, mas B* faz-se com *masB*.

Do ponto de vista da semântica da enunciação que considera as escalas argumentativas faremos a hipótese de que estas frases têm a seguinte *orientação argumentativa*:



(Que se lê: sendo **A** argumento a favor de **r** e **B** argumento a favor de  $\tilde{r}$ , **A, mas B** é argumento a favor de  $\tilde{r}$ , sendo este argumento predominante. Portanto **A mas B** é argumento para  $\tilde{r}$ ). Esta orientação argumentativa explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por **B**.



(Que se lê: sendo **A** é argumento a favor de **r** e **B** argumento a favor de  $\tilde{r}$ , sendo **A** o argumento predominante. Portanto **A, embora B** é argumento para **r**). O argumento que predomina é **A**, pois a continuação do discurso se faz na direção apontada por **A**, ou seja, o encadeamento do discurso se faz com **A**. O que quer dizer que frases do tipo **A, embora B** têm uma estrutura argumentativa oposta a de **A, mas B**. Em **A, mas B** prevalece como argumento **mas B**, privilegiando-se, portanto, a conclusão  $\tilde{r}$ . Por outro lado, em **A, embora**

**B** prevalece como argumento **A**, privilegiando-se, portanto, a conclusão **r**. Aqui, ao contrário, a orientação argumentativa explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por **A**.

Assim podemos dizer que a conjunção *embora* é, tal como a conjunção *mas*, uma conjunção coordenativa, sendo, um operador de discurso, porque estabelece estratégias de relação específicas entre locutor e destinatário e organiza argumentativamente o discurso.

Outra observação em relação ao *embora* é a de que, com essa conjunção se tem a possibilidade de uma inversão, iniciando-se a frase pelo *embora*, o que não é possível fazer com o *mas*. Tem-se *A, embora B* ou *Embora B, A*; mas tem-se somente *A, mas B*. Logo entendemos que:

a) Com *A, embora B* se diz algo como argumento a favor de uma conclusão e mantém-se este argumento como válido, mesmo apresentando-se outro argumento favorável à conclusão oposta.

b) Com *Embora B, A* apresenta-se um argumento para uma conclusão dizendo-se que a idéia predominante será outro argumento que ainda não foi apresentado.

c) Com *A, mas B* tem-se algo como: diz-se algo que pode ser assumido como argumento válido, em seguida nega-se a validade de tal argumento, na medida em que se dá um outro argumento para uma conclusão oposta.

Em resumo: com *embora* o argumento que é dado como válido mantém-se como válido, ou já é anunciado como válido antes mesmo de ser dito; com *mas* apresenta-se um argumento como válido e depois nega-se sua validade.

Em termos técnicos, o *embora* nega argumentativamente a oração em que aparece e isto permite que, quando o *embora* vem no início (*Embora B, A*), se tenha, já no destinatário uma expectativa oposta do que se está dizendo. Quanto ao *mas*, ele nega argumentativamente

a oração que o antecede ( a oração sem o *mas*) e que, portanto, já foi dita. Aqui se tem uma expectativa que será depois frustrada pelo *mas B*.

Conclui-se, nesta seção, que tanto o *mas* quanto o *embora* orientam um enunciado porque ambos são dotados de força argumentativa e dentro do enunciado eles dispõem de um lugar comum, que é o ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo. São as idéias que se encontram nos textos a seguir.

### **Enunciado, forças argumentativas e topoi**

Quanto à pertinência destes conceitos para esta pesquisa, tornaram-se necessários pela relação existente entre o objeto do trabalho e a descrição semântica do que é *enunciado, força argumentativa e topoi*.

#### **1.4.1 Enunciado**

Anteriormente, já havíamos visto, na Teoria Polifônica da Enunciação, que Ducrot contesta a unicidade do sujeito falante e agora, em “*Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*” (1987, p.164), o autor generaliza dizendo que todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que constitui o sentido do enunciado.

Inicialmente Ducrot estabelece uma diferença entre *enunciado* e *frase*, dizendo que *frase*, como objeto teórico, não pertence ao lingüista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática. O que o lingüista pode tomar como observável é o *enunciado*, considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase. Assim, Ducrot não lida em suas teorias com a intencionalidade do

falante que é de natureza psicológica, mas trata seguramente do enunciado na sua função puramente semântica, e explica:

Logo, se duas pessoas disserem *faz bom tempo*, ou se uma mesma pessoa disser em momentos diferentes, encontramos-nos em presença de dois enunciados diferentes, que a maior parte dos lingüistas explicam como sendo duas ocorrências da mesma frase, mas com uma mesma suposta estrutura subjacente diferente, e esta explicação vimos anteriormente na Teoria Polifônica da Enunciação, neste trabalho, página 52. Conforme Ducrot enunciado é o ato lingüístico determinado pelo contexto em que se insere, de tal modo que a variação do contexto pode implicar a mudança de sentido. A partir desse conceito, surgem outras idéias, que nos parecem indispensáveis para a descrição semântica de um enunciado, como: a idéia do *sujeito empírico*, a do *locutor* e a do *enunciador*.

Conforme Ducrot (1988, p.16), sujeito empírico (**SE**) é o autor efetivo do enunciado. Para o autor, determinar quem é o produtor de um enunciado, por exemplo, de uma carta circular administrativa, é menos fácil do que se poderia crer. Considerando esse tipo de enunciado, a quem vamos considerar seu produtor? A secretária que digitou a circular ou o funcionário hierarquicamente superior que tomou e assumiu as decisões ali anunciadas?

Outro tipo de argumento que comprova essa dificuldade de identificação do sujeito empírico diz respeito ao fato da repetição, por exemplo, de frases prontas, como provérbios. O autor reafirma essa idéia dizendo que a determinação do sujeito empírico não é problema lingüístico. (...) *o que deve lhe interessar é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção (...) o problema da determinação do sujeito empírico é mais preocupação dos sociolingüistas ou dos psicolingüistas que se formulam perguntas como: Por que o senhor X disse o que disse? O que interessa ao lingüista é simplesmente o que diz o senhor X". (Ducrot, 1988, p. 17).*



Já o locutor, para Ducrot (1987, p. 182), *é o produtor das palavras no momento da enunciação, e que por elas se responsabiliza*. Não quer dizer que seja necessariamente o autor empírico do discurso, pois ele pode incorporar à sua fala a de outros locutores no discurso inscrito no próprio sentido do enunciado através das marcas da primeira pessoa.

E finalmente, para Ducrot (1986, p.209), enunciador *é a origem de um ponto de vista que se apresenta no enunciado*. Não é uma pessoa propriamente dita, mas um ponto de vista e o próprio locutor pode ser identificado com algum desses enunciadores. O autor define como enunciadores os seres que se expressam através do enunciado, sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas; *se eles falam, é somente no sentido de que a enunciação é vista como expressão de seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo*.

O autor completa esse estudo sobre enunciado dizendo que quem produz o enunciado é o sujeito empírico e o locutor é a pessoa apresentada como responsável pelo enunciado. O enunciador não é nem o responsável pelo enunciado, nem o seu produtor real, mas o enunciador é o responsável pelos pontos de vista apresentados no enunciado. Essa discussão sobre enunciado nos esclarece que o que na gramática temos definido como frase, em semântica é o que se chama enunciado.

#### **1.4.2 Força Argumentativa**

Outra expressão relacionada com o objeto deste trabalho diz respeito à *força argumentativa* que, segundo Ducrot, funciona como um conjunto de enunciados **C1, C2 ...** O conjunto pode aparecer como conclusão de um enunciado anterior. Assim, por exemplo: *Pedro trabalhou pouco*, consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe

ser encadeados em um discurso por um *portanto*, *melhor* ou por um conectivo deste *topoi*, explícito ou implícito.

Assim, consideramos pertinente esse conceito porque apresentamos neste trabalho, dois conectivos, sempre explícitos no enunciado e que, pela força argumentativa que têm, orientam o discurso concluindo o enunciado anterior.

### 1.4.3 Topoi

O termo *topoi* foi criado por Aristóteles quando afirmava que o orador, para fazer seus discursos, defender suas teses, buscava argumentos em um *depósito*. Este depósito ao qual se referia chamou de *topos*, que significa um lugar comum. Este lugar é o ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo e serve como intermediário entre o argumento e a conclusão. Aceitar um *topos* significa reconhecer que a partir dele se podem fazer determinados encadeamentos argumentativos.

Ducrot emprega o conceito de *topos* afastando-se da noção original de Aristóteles. Para ele, não se trata de descrever os mecanismos lógicos-psicológicos da argumentação, mas a descrição somente dos discursos argumentativos, e, particularmente, os encadeamentos de dois segmentos e esses encadeamentos colocam geralmente em jogo um terceiro termo, ou seja, um fiador, que autoriza a passagem de A a C. É a esse fiador dos encadeamentos argumentativos que Ducrot chama de *topos*, ou seja, significa que *topos* não é apresentado como propriedade do enunciador, mas é apresentado ao enunciador como um lugar-comum a ele e a muitas outras pessoas. Por exemplo, quando produzimos um enunciado, agimos como se o princípio não tivesse sido inventado por nós, mas como se o enunciado preexistisse à nossa fala.

Logo, neste estudo entendemos que os *topoi* são lugares-comuns na enunciação que servem de apoio ao raciocínio, que têm princípios partilhados por uma coletividade que tornam possível uma argumentação particular.

Para Ducrot, *topos* é um princípio argumentativo que tem pelo menos três propriedades:

**1. A *universalidade*** acontece quando o enunciador e o destinatário ou locutor e alocutário assimilam a mesma justificativa, o *topos* deve ser comum. Os *topoi* não representam verdades logicamente necessárias, ou afirmações empíricas, mas princípios gerais de valoração e expressão de atitudes.

Por outro lado, o caráter compartilhado dos *topoi* torna a argumentação coercitiva, porque admite a necessidade de concluir-se o argumento. *Exemplo:*

(74) *Está fazendo calor, vamos à praia.* Ora, tanto o enunciador como o destinatário devem admitir o *calor* como argumento justificável para ir à praia;

**2. A *generalidade*** decorre a partir da universalidade. Exemplo:

(75) *Eu penso, logo existo.*(Descartes). No momento em que Descartes o propõe, nas *Meditações*, ele opera com efeito, uma colocação sem dúvida radical de todas as evidências racionais, mesmo das verdades matemáticas consideradas as mais seguras. E, conforme Ducrot, argumentar significa, em função do caráter geral dos *topoi*, inserir um determinado estado de coisas, do qual se fala num momento específico, numa categoria mais ampla.

Desse modo quando se diz: *Eu penso, logo existo*, subtende-se que o *topos* aplicado a essa situação específica seja válido em qualquer outra situação equivalente. O *topos* é aplicado como se fosse naturalmente universal, observando outro objetivo da teoria que é apresentar argumentos que justifiquem atitudes e valorações em relação ao mundo.

3. A *gradualidade* dos *topoi* se relaciona em duas escalas, duas gradações correspondentes ou duas formas equivalentes as quais Ducrot (1988, p. 129) denomina de formas recíprocas.. Podemos imaginar um topos T, cuja propriedade P é favorável à propriedade Q, o antecedente P é um fator conseqüente Q. Isso significa duas coisas diferentes, embora uma implique a outra. Explica-se que, quando se percorre uma das escalas, percorre-se também ao mesmo tempo a outra e que o sentido no qual se percorre uma implica num certo sentido para o percurso da outra. a) *Quanto mais se sobe na escala P, mais se desce na Q*. Percebe-se uma equivalência matemática nessas duas formulações. São duas formas tópicas recíprocas, embora lingüisticamente diferentes, são logicamente equivalentes.

Também podemos imaginar o topos T, cuja propriedade p se opõe a q. Esse topos apresenta também, duas formas tópicas possíveis: b) *Quanto mais P, menos Q e quanto menos P, mais Q*. Também são duas formas tópicas igualmente equivalentes e, dessa forma, também denominadas *recíprocas*. O autor fala de topos quando as duas gradações são percorridas no mesmo sentido ( seja crescente ou decrescente) e de *topos converso* quando percorridas em sentido inverso um ao outro, ou topos contraditórios (*T1 e T2*).

Assim, os operadores argumentativos não são necessariamente modificadores da classe das conclusões tiradas de um enunciado, mas atuam no nível do percurso que se pode fazer ir do enunciado considerado à conclusão visada. Por exemplo a inclusão de um *apenas* num enunciado interdita o acesso a certos caminhos, isto é, restringe o número de topoi aplicáveis. Este conceito de topos permite descrever semanticamente os conectores e os operadores em termos de obrigação sobre possíveis aspectos argumentativos das expressões que os contêm. Para Ducrot não existe a possibilidade de utilização de conectores em uma coletividade sem topoi, pois seria completamente absurda. O autor inclui a teoria standard dos topoi dizendo que esses topoi aparecem fundamentalmente, como garantias de encadeamentos discursivos. Assim, se de um segmento S1 pode-se concluir um segmento S2,

é pelo viés de um terceiro termo, um topoi ( ou uma cadeia de topoi), que permite operar esse laço conclusivo entre S1 e S2.

Porém essa forma de considerar os topoi reconduz a três questões fundamentais sobre a natureza dos topoi.

Primeira questão: Levando em consideração a ligação que os topoi mantêm com o léxico e considerando que nessa fase da teoria, os valores lexicais eram tópicos, na maioria das vezes, e considerando os topoi como garantias de encadeamentos discursivos, vale perguntar se a estruturação tópica do léxico induz a propriedades distintas – ao menos parcialmente – das que se encontram nos encadeamentos, ou seja, um discurso estrutura-se sobre topoi lexicais ou sobre topoi que são simples garantias de encadeamentos ?

*Segunda questão:* considerando a própria natureza dos topoi, qual o tipo de teoria que engaja a sua representação? Essa representação, não estaria induzida pelo fato de que se tenha feito funcionar a teoria através de encadeamentos discursivos ?

*Terceira questão* consiste no reconhecimento de que, se é verdadeiro que a hipótese de uma gradação fundamental presente desde o nível lexical é de grande utilidade nas análises, certos exemplos a tornam, entretanto incômoda. Logo, percebe-se a necessidade de examinar essa hipótese e de considerar, talvez, uma hipótese mais fraca, sem no entanto renunciar ao poder explicativo que oferece a gradação, além do que são consideradas infinitas possibilidades de encadeamento. Geralmente o uso do topoi tem por finalidade, a construção de representações ideológicas. E tanto mais perniciosos se tornam na medida em que não se apresentam como tais, mas como resultado de um raciocínio. Anscombe distingue, assim, dois tipos de topoi. De um lado os que fundam a significação de uma unidade lexical, ou topoi intrínsecos. De outro lado, os que são utilizados para criar encadeamentos conclusivos ( os quais servem à construção de representações ideológicas): topoi extrínsecos. O autor diz que enunciados com topoi intrínsecos são aqueles nos quais, intuitivamente, o segundo elemento

explicita (apenas desdobra) o que já está potencialmente contido no primeiro. Assim como nos enunciados:

- a) Pedro é rico: ele pode, portanto, comprar o que quiser.
- b) Maria é bela: ela seduz os homens.
- c) Max é sovina: nada consegue fazê-lo soltar um centavo.
- d) A porta é estreita: mal dá para passar.
- e) A valise é enorme: não caberá no cofre.
- f) Max é um gênio: ele resolve brincando os problemas mais difíceis.

Em seguida apresenta exemplos, nos quais, por sua vez, a filiação entre as duas partes do discurso parece menos direta do que na primeira série:

- a) Pedro é rico: ele é, portanto, avaro.
- b) Maria é bela: ela é, portanto, extravagante.
- c) Max é sovina: ele não sairá, portanto de casa.
- d) A porta é estreita: será, portanto, difícil encontrar uma semelhante.
- e) A valise é enorme: os fiscais aduaneiros vão percebê-la.
- f) Max é um gênio: ele é, portanto, intratável.

O que destaca a característica dos topoi intrínsecos é, o fato deles estarem sempre potencialmente presentes nas unidades lexicais, como nos exemplos anteriores. Essa noção corresponde à idéia de que não se pode falar em riqueza sem evocar o poder de compra; de beleza, sem evocar a atração que ela exerce sobre os homens; de avareza, sem colocar em cena a rejeição que ela implica.

Por outro lado, os topoi extrínsecos se caracterizam por serem utilizados apenas para fundamentar encadeamentos conclusivos, não estando potencialmente presentes nas unidades lexicais.

Segundo Anscombe (1995a, p. 55) entre os topoi *intrínsecos* e *extrínsecos* existe uma distinção que pode estar ligada à propriedades lingüísticas e para distingui-las podemos recorrer a certos critérios. Um dos critérios utiliza o conector *mas* em enunciados, considerados fora de contexto.

- a) Pedro procurou uma solução, mas ele não a encontrou.
- b) Maria exigiu explicações, mas não lhe respondi.
- c) Há, ainda, uma solução, mas ela é difícil de colocar em execução.
- d) Naquela reunião havia mulheres, mas elas não eram belas.
- e) É um parente meu, mas não próximo.

Comparando os enunciados temos:

- a) Pedro procurou uma solução, mas ele encontrou.
- b) Maria exigiu explicações, mas lhe respondi.
- c) Há, ainda uma solução, mas ela é fácil de pôr em execução.
- d) Naquela reunião havia mulheres, mas elas eram belas.
- e) É um parente, mas próximo.

Este segundo bloco de enunciados evidencia o fenômeno atribuído pelo autor à presença de *topoi intrínseco*. Anscombe formulou a seguinte regra: Sejam M e N dois termos

em relação com os extremos, respectivamente, inicial e final de um *topos intrínseco*. Uma estrutura discursiva do tipo *M, mas não-N* é, nesse caso, possível, enquanto a estrutura *M, mas N* é pouco natural, ao menos fora de contexto.

O autor observa que, se em tais estruturas, se apela a topoi aparentemente extrínsecos, o fenômeno desaparece:

- a) Pedro é rico, mas ele é (avaro + generoso).
- b) Maria é bela, mas é (sensível + insensível).
- c) Há um problema, mas o patrão (está + não está) a par.
- d) Naquela reunião, havia mulheres, mas (algumas não eram + todas eram executivas).
- e) Maria exigiu explicações, mas ela (estava + não estava) certa.

Outro critério é o emprego da expressão *com sucesso*. A combinação de um predicado com essa expressão admite os topoi intrínsecos e rejeita os extrínsecos, como em:

- a) Ele procurou com sucesso (= Ele encontrou).
- b) Ele argumentou com sucesso (= Ele convenceu).
- c) Ele bateu à porta com sucesso. (A porta foi aberta).

A distinção entre esses dois tipos de topoi se fundamenta em propriedades lingüísticas e remete-nos à comprovação da existência de topoi desde o nível lexical, onde se constituem a significação das palavras. Essa diferença reafirma a idéia fundamental da Teoria da Argumentação na Língua, mostrando que a língua é essencialmente de natureza gradual e dinâmica.



Existe ainda uma quarta e última justificativa para a gradualidade dos *topoi* que se encontra no conceito de *formas tópicas (FT)*. A **FT** só existe a partir da aceitação da gradualidade dos *topoi* e é justificada no âmbito da teoria da argumentação, porque permite uma nova definição dos operadores argumentativos.

A forma tópica tem por objetivo restringir ao máximo o uso das leis do discurso, o que estaria em consonância com os objetivos da teoria da argumentação, entre os quais se destaca o de tentar representar na própria língua os processos argumentativos que se tenta descrever, reduzindo ao máximo o recurso a um componente retórico para a explicação dos fatos argumentativos. Não há como falar sobre estado das coisas sem aplicar as formas tópicas. A **FT** possibilita a formulação de um novo conceito de operadores argumentativos, que os liga ao funcionamento dos *topoi*. Portanto, **FT** são formas equivalentes de representar um *topos*.

Em síntese, vimos que em semântica não lidamos com a frase propriamente dita, mas com enunciado e, no interior do enunciado, é que se determina o lugar comum do enunciador e, conseqüentemente, no lugar comum é que aparecem os pontos de vista e suas respectivas propriedades, o que autoriza explicar um tipo de refutação muito coerente no uso ordinário da língua. Assim, no caso dos operadores argumentativos *mas* e *embora*, pela função adversa que desempenham na linguagem escrita também podem ser considerados como conectores de oposição. É o que veremos a seguir.

### 1.5 Conectores de Oposição

Voltando ao objeto da pesquisa que é o estudo dos operadores argumentativos *mas* e *embora* e considerando-os também como conectores opositivos, consultamos Ducrot e

Anscombe (1977), e Vogt e Ducrot (1979) que nos apresentam uma abordagem argumentativa envolvendo estudos diacrônicos em relação a esses operadores.

Inicialmente, os autores observam que em muitas das línguas românicas a principal conjunção adversativa (português *mas*, francês *mais*, italiano *ma*) deriva não do adversativo *sed*, mas do advérbio *magis*, do latim, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade, e no português arcaico, a mesma forma fonética (*mas*) teve o duplo valor de *mas e mais*.

Ainda afirmam que em certas regiões brasileiras é impossível distinguir pelo ouvido a conjunção *mas* do advérbio *mais*. Logo, torna-se necessário explicitar a relação existente entre o sentido da conjunção *mas* e o sentido do advérbio *magis*, relação esta que estaria na origem da derivação histórica e explicaria que a assimilação possa, às vezes, manter-se sincronicamente.

O problema se complica pelo fato de que as línguas românicas que utilizam um derivado de *magis* como conjunção adversativa principal, atribuem-lhe na verdade, duas funções diferentes, assim convencionadas por Ducrot: uma é a do espanhol *sino* e do alemão *sondern*, é o *mas SN*; a outra função é realizada em espanhol por *pero* e em alemão por *aber*, é o *mas PA*.

Perante essa justificativa, vimos que a conjunção *mas* pode ter dois funcionamentos. O *mas SN* com funcionamento opositivo e o *mas PA* com funcionamento argumentativo. Daí a necessidade de detalharmos as diferentes funções do *mas*.

### 1.5.1 Mas SN

Observando o funcionamento do item *mas* no discurso escrito, percebemos que este operador permite uma descrição que considera seu desdobramento funcional e semântico.

Ducrot e Vogt (1979) afirmam que o *mais* que deriva do *magis* latino é o *mais SN*, com função opositiva e que provavelmente o *mais PA*, com função eminentemente argumentativa, teria derivado do *mais SN*.

Os mesmos autores, em “*De magis a mas: uma hipótese semântica*”(1989), propõem uma explicação semântica para a considerada principal conjunção adversativa, afirmam que, quando se fala da relação entre *magis* e *mas*, é necessário precisar o tipo de *mas* que estamos empregando, se o *masSN* ou o *masPA*.

Em estudos argumentativos feitos sobre o *mas* normalmente este linguísta consideram que o *mas SN* é o *mas* que serve para retificar o que foi dito num enunciado anterior, vem sempre depois de uma proposição negativa  $p = \text{não-}p$ , introduz uma determinação  $q$  que substitui a determinação  $p'$  negada em  $p$  e atribuída a um interlocutor real ou virtual: *ele não é inteligente, mas apenas esperto*. Pode ainda ser substituído pela expressão *ao contrário*. Este “*mas*” não estabelece orientação argumentativa, mas envolve um desdobramento de vozes ligados à presença obrigatória da Negação Polêmica entre  $p$  e  $p'$ , tem comportamento autoritário que é uma característica importante de imposição e segue a mesma direção argumentativa explicitada na materialidade discursiva do enunciado.

Vale observar que a *negação* de que se fala aqui poderia ser chamada de *negação argumentativa* e deve ser distinguida do que os lógicos chamam simplesmente de *negação*. Para os lógicos, dado um predicado  $P$  e um sujeito  $S$ , não há senão duas possibilidades: ou bem  $P$  é verdadeiro de  $S$ , ou bem é falso de  $S$  (com a possibilidade suplementar eventual de que não possa ser posto em relação com  $S$ . Negar  $P$  de  $S$  seria dizer que  $P$  é falso de  $S$ ; afirmá-lo seria dizer que  $P$  é verdadeiro de  $S$ ).

Para Anscombe e Ducrot (1978), as noções de verdade e de falsidade não têm uma função central em semântica linguística. Logo, a concepção que adotamos da *negação* e da *afirmação* está relacionada com a idéia que fazemos do sentido de um enunciado: este sentido

não é constituído por condições de verdade, mas pelas continuações de que o enunciado é suscetível num encadeamento argumentativo.

Admitindo esta concepção sobre *negação* em semântica, não será problema dizer que o enunciado comparativo *A mais que B* nega o termo comparante *B*. Isso não significa que ele implica a falsidade de *B*, nem mesmo que ele implica necessariamente a frase gramatical *não-B*; mas significa que pertence ao mesmo paradigma argumentativo de uma frase que não exprime a negação, mas apenas uma forma de negação entre outras. Assim, em semântica, a negação argumentativa é diferente da negação lógica, de uma afirmação de falsidade. Ela não se exprime exclusivamente pela negação gramatical e quanto ao seu valor semântico não deve ser assimilado à negação lógica, mas deve ser concebido como uma forma particularmente forte de negação argumentativa.

Os autores concluem que o *mais* que deriva do *magis* latino é o *mais SN* com função opositiva, ou seja, em português, é o *mas SN*, conjunção adversativa. Ex:

(77) *Ele não é inteligente, mas apenas esperto.*

**p** ( não-p) = Ele não é inteligente

**p'** = Ele é inteligente

**q** = ( mas) é apenas esperto.

Houve a substituição de *inteligente* por *esperto* e não há possibilidade de se ter uma negação sobre a oração como um todo, mas isto está ligado ao fato de que o *masSN* vem sempre depois de uma oração negativa. Assim, este tipo de frase traz sempre uma negação com valor polêmico e este valor é que coloca esta frase como que negando uma outra.

Por outro lado a oração que vem introduzida pelo *mas SN* traz o que o locutor apresenta como comentário, no interior do enunciado que ele próprio diz, que se opõe, pelo

tema, ao que se teria dito, ou se disse, na enunciação de um interlocutor suposto ou real. Podemos dizer que o *mas SN* marca o lugar do comentário do dizer do locutor.

Portanto, o *mas SN* tem função opositiva e não argumentativa, restringindo-se a um comportamento autoritário explicitado na materialidade discursiva e a diferença do *mas SN* é que nesse enunciado o locutor se opõe a um discurso favorável à *inteligência*, como a do tipo *Ele é inteligente*. É uma negação metalingüística, cujo emprego ocorre de um enunciado sobre outro enunciado. A negação é refutativa e marca a negação polêmica porque ocorre a notificação do ato de recusa realizado pelo locutor.

### 1.5.2 Mas PA

Quanto ao *mas PA*, ao contrário da funcionalidade do *mas SN*, não exige necessariamente que a proposição precedente, **p**, seja negativa. A função do *mas PA* é introduzir uma proposição **q** que orienta para uma conclusão **não-r** oposta a uma conclusão **r** para a qual **p** poderá conduzir: *ele é inteligente, mas PA estuda pouco*. Na maioria das vezes vem depois de uma proposição afirmativa, tem valor pragmático de negociação com **p**, envolve um desdobramento de vozes ligadas à presença da negação descritiva. O comportamento é liberal e o funcionamento é coordenativo e **r-ñr** estão em direções argumentativas diferentes. Exemplo:

(78) *Ele é inteligente, mas estuda pouco.*

**p** = Ele é inteligente

**r** = (logo) ele será aprovado

**q** = ( mas) estuda pouco

**ñr** = (logo) ele não será aprovado

**r** e **ñr** têm orientações argumentativas diferentes.

Neste caso não há termo ou expressão para substituir pela afirmação *Ele é inteligente*. O comportamento não é autoritário dando fluência ao discurso, pois, a orientação argumentativa do *mas PA* explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por **q**.

### 1.5.3 O operador “embora”

Em seção anterior, no estudo da *Teoria da Argumentação*, abordaram-se os mecanismos sintáticos-semânticos responsáveis pela produção de sentido e definiu-se operador argumentativo como elemento gramatical que tem por função mostrar a força e a direção argumentativa dos enunciados no interior do texto.

Assim, apresentamos o estudo do segundo operador argumentativo deste trabalho que é o morfema *embora*. Para isso, buscamos em Eduardo Guimarães (1987), em *Texto e Argumentação um Estudo de Conjunções do Português*, a informação histórica dessa palavra. Em primeira instância tratamos da mudança do advérbio *embora* em conjunção concessiva e, num segundo momento, estudamos a articulação desse operador dentro do enunciado.

Vimos que tanto a conjunção quanto o advérbio *embora* vêm da expressão *in bona hora*, que mais tarde, com o uso, ficou *em boa hora; emboora; embora*. Toda essa mudança surgiu por necessidade de uma expressão correlata oposta de *em má hora*. Segundo Said Ali (1966), esses usos estavam ligados à crença de que as ações humanas eram bem ou mal sucedidas dependendo do momento em que fossem realizadas.

Logo, o correlato *em má hora* de *em boa hora* transformou-se em *eramá, ieramá, aramá* e mesmo em *amará*, acabando por desaparecer (Ali, 1966). O advérbio *em boa hora, emboora, embora*, usava-se com os verbos *ir, vir e mandar*.

O que hoje, seria inaceitável dizer: *Desejo que esteja embora comigo na mesma empresa*, sendo absolutamente comum dizer: *vamos embora; foi embora ontem; vem embora logo*, bem como: *Mandei-o embora; Foi mandado embora*, com o sentido de *mandar sair* ou ser *despedido*. Estes usos com o verbo *mandar* atestam o nível de esvaziamento avaliativo a que foi levado o advérbio.

Assim, é possível dizer que o desaparecimento da necessidade de avaliação de *boa* ou *má hora* se deu de tal modo que desapareceram as expressões *em má hora*, *ieramá*, e o advérbio *embora* manteve-se só com verbos de movimento *ir*, *vir* e *mandar*, isto na passagem do século XVII para o XVIII.

Lembramos ainda que a palavra *embora* foi usada também como substantivo, somente no plural *emboras*, para felicitar e parabenizar; ou como interjeição. Sendo que a mudança que realmente interessa a este trabalho é a que, segundo Said Ali, se passou a usar *embora* não para augurar ou desejar hora propícia às empresas humanas, mas para introduzir, em orações optativas e em outras, a idéia de que se concede a possibilidade do fato, ou de que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento, (Ali, 1966). Conforme esse autor, o emprego desse morfema para denotar possibilidade ou não oposição é que levou ao uso concessivo.

E, como o objetivo principal deste trabalho é analisar o emprego e função, também do item *embora*, passamos a vê-lo do ponto de vista da semântica da enunciação, dentro do enunciado. Ducrot (1973), em seu primeiro texto sobre as *escalas argumentativas*, considera que, nas construções concessivas, se tem o pressuposto de que *B* é um obstáculo para *A*, isto numa formulação argumentativa seria  $B \text{---} \sim A$ . Consideraremos, então, as enunciações com *embora* dizendo que são sempre uma avaliação da enunciação de enunciados apresentados como argumentos constituídos de perspectivas opostas. Exemplo:

(79) *Ele tem cadastrados num computador os nomes e endereços de 113.200 pessoas, que acredita serem seus leitores—embora tenha recebido apenas 37.360 votos nas últimas eleições.* ( Isto É, n 417, p. 34).

Nesta enunciação podemos dizer que *embora tenha recebido apenas 37.360 votos...* é um argumento para não ter 113.200 eleitores, na perspectiva do jornalista, e que *acredita serem seus eleitores* é argumento para ter 113.200 eleitores, na perspectiva do político, e esta última conclusão é dominante no fragmento em questão. Vê-se que a perspectiva da qual se diz o enunciado que não contém o *embora* não é, nesta cena, necessariamente a perspectiva do locutor.

Atualmente as enunciações em que é usado o morfema *embora* guardam marcas dos usos que lhe deram origem; isto não quer dizer que o sentido da forma de origem deste operador seja suficiente para explicar suas enunciações atuais. Procura-se mostrar que o emprego desse item no discurso atual vem da história dos usos, dos deslocamentos enunciativos, e, não, simplesmente de uma forma e sua função original.

Observa-se que a história semântica do *embora* se fez silenciando o correlato de sentido negativo em *má hora (ieramá)*. Podemos dizer que uma certa condição discursiva do senso comum que interdita o negativo (o mau, o ruim, as formas desconhecidas) bloqueou a história de *ieramá* e assim liberou *embora* da correlação existente, abrindo outros caminhos para as enunciações que o contivessem. Vimos que este item passou por quatro mudanças até chegar ao momento atual e que os usos de *embora* foram em várias direções. Hoje, podemos dizer que duas mudanças (contrastiva e concessiva) são absolutamente comuns, e, seguramente, continuam a mudar.



No caso do *embora*, foi o modo de representar os papéis enunciativos e a avaliação positiva nele contida que acabaram dando a configuração atual do *embora concessivo* e que deve possivelmente ser diferente das outras concessivas. Pelo uso desse operador, avalia-se positivamente mesmo o que se nega como argumento predominante e isto ocorre em virtude da diferença de perspectivas enunciativas. Este estudo serve para distinguirmos sentidos e mudanças dos itens *mas* e *embora*, percebendo que o centro de interesse está no processo linguístico e não na forma.

No estudo sintático, Guimarães (1987) desenvolveu algumas considerações sobre as chamadas conjunções coordenativas (*mas, pois, já que*). Conforme o autor, essas conjunções são consideradas operadores de discurso porque têm como função estruturar um discurso enquanto texto e a estruturação do texto se faz pelo valor argumentativo de tais operadores. Essa classe de palavras tem, nas construções em que aparece, outras funções, seguramente tanto e até mesmo mais significativas do que simples conjunções.

E dentro dessa perspectiva analisamos o valor argumentativo das conjunções *mas* e *embora*, utilizando conceitos como o de polifonia e de orientação argumentativa, desenvolvidos pela semântica da enunciação. Inicialmente, observaremos o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação e, entre muitas possibilidades, estudaremos o modo de encadeamento desses operadores no texto.

Concluimos que esse operador sintaticamente é uma conjunção subordinada concessiva, conforme as gramáticas ditas tradicionais, mas vista sob a perspectiva da semântica constata-se que é um operador de discurso, estabelece estratégias de relação específicas entre locutor e destinatário, mantendo uma expectativa que se criou no destinatário, e organiza argumentativamente o discurso.

## 2 METODOLOGIA

No desenvolvimento desta pesquisa, tomamos por base a Teoria de Semântica da Enunciação de Oswald Ducrot (1972) e a Teoria Polifônica de Ducrot (1987), com o objetivo determinado de perceber a aplicação lingüística dessas teorias nas produções textuais dos alunos. O trabalho se detém particularmente na articulação funcional dos operadores argumentativos *mas* e *embora* no interior dos textos, mostrando que direção argumentativa um enunciado pode tomar quando iniciado por um desses operadores.

Para análise destacamos vinte fragmentos que contivessem os referidos operadores, classificamos os tipos de *mas* e *embora* sob a perspectiva das referidas teorias e comentamos a funcionalidade desses morfemas dentro da frase, em relação ao texto como um todo significativo.

### 2.1 Questões Norteadoras

Duas questões nortearam este trabalho, levando em conta o emprego e funções dos conectores argumentativos de oposição, *mas* e *embora*, e tomando por base conceitos da Teoria Semântica da Enunciação, e da Teoria Polifônica de Oswald Ducrot.

1. Os operadores argumentativos *mas* e *embora* se articulam nos textos escritos por alunos dos cursos Fundamental e Médio da rede pública estadual como conectores sintáticos diferentes do que preconizam as gramáticas tradicionais ?

2. De acordo com a concepção teórica de Ducrot, como se articulam e que funções semânticas desempenham os operadores argumentativos *mas* e *embora* nos textos escritos dos alunos ?

## 2.2 A Constituição do corpus

O corpus desta pesquisa está constituído de 456 textos, com características dissertativas, abordando assuntos variados e todos produzidos em sala de aula como exercícios redacionais. Aproveitamos eventos como: A Copa do Mundo, Eleições para Presidente da República e Governadores de Estado, Movimento dos Sem Terra e exercícios de redação sugeridos em livros didáticos para trabalhar produção textual. As propostas partiram de leituras, debates, apresentações orais e posteriormente foi realizada a escrita.

Das produções textuais, foram destacados vinte fragmentos que se encontram sublinhados nos textos em anexo, sendo que em todos contêm os operadores *mas* ou *embora*, e procedemos à análise propriamente dita.

Salientamos que o emprego do termo *fragmento* aqui usado tem o valor literal do dicionário de Celso Pedro Luft (1991), que diz: *Fragmento, s.m. cada uma das partes de coisa dividida ou desmembrada; pedaço; estilhaço; fração; trecho; migalha (do lat. fragmentu).*

## 2.3 Procedimentos da Análise

Nesta seção apresentamos os procedimentos seguidos para desenvolver as análises dos itens *mas* ou *embora*. Primeiramente selecionamos fragmentos dos textos que contêm as ocorrências dos referidos morfemas. Após a seleção e com

base nas concepções teóricas de Ducrot e Anscombre (1972), iniciamos a análise da seguinte forma: dividimos cada fragmento em dois segmentos (**S1– S2**), ou seja, **S1-p**, primeira proposição, ou a primeira parte do enunciado, a oração que antecede o operador, e **S2-q**, segunda proposição, ou a segunda parte do enunciado, a oração iniciada pelo operador. Em seguida classificamos o item *mas* em *mas SN*, ou *mas PA*, para precisarmos a intenção do enunciado, segundo Vogt e Ducrot (1979).

No segundo momento, ainda analisando o *mas*, utilizamos o conceito de Orientação Argumentativa de Ducrot para constatarmos a aplicação lingüística desse morfema e vemos que conclusão prevalece sobre o discurso. E, em terceiro lugar, baseados na visão polifônica de Ducrot (1987) dentre vários enunciadores, analisamos somente dois enunciadores em cada segmento, com a intenção de mostrarmos as diferentes vozes, ou conforme diz a teoria, os diferentes pontos de vista dos enunciadores, explícitos ou implícitos nos enunciados. Assim:

Na primeira parte do *fragmento* teremos os *enunciadores* **E1** e **E3**, e, na segunda, **E2** e **E4**. **E1** e **E3** convocam um *topos*, concordante (**T1**) ou discordante (**T2**), enquanto **E2** e **E4** apresentam a forma tópica – **FT**, correspondente: **FT1** e sua conversa **FT'1** ou sua forma contrária **FT2**.

Logo, fazemos a distinção de quatro enunciadores instalados no enunciado e passamos a identificar o papel que cada enunciador desempenha no discurso e posteriormente, no texto, com seu próprio ponto de vista. Por exemplo, em uma conversa de duas pessoas as quais chamaremos de locutor **L**, ou seja, **L1** e **L2**. Elas conversam sobre um campeonato de futebol na cidade.

**L1** diz : *Meu time jogou bem,*

**L2** diz: *mas não conseguiu o título almejado.*

[ **S1**: *Meu time jogou bem,*] [ **S2** : *mas não conseguiu o título almejado* ]

**S1 – p**

**S2 – q**

### a) Classificação: Mas PA

No exemplo acima apresentado, o conector é **MasPA** porque une estes dois segmentos e com base na teoria da argumentação, temos o segmento **p**, *Meu time jogou bem*, oposto ao segmento **q**, *mas não conseguiu o título almejado*. **p** é um argumento para uma conclusão **r**. Ora, se o time jogou bem, o resultado deveria ter sido (**r** – *venceu o jogo*). O segmento **p** nos remete a um resultado – *venceu o jogo*. Quanto ao segmento **q**, é um argumento que contraria a conclusão **r** – Logo **¬r não conseguiu o título almejado**, perdeu o jogo, e esta é a conclusão que prevalece no discurso.

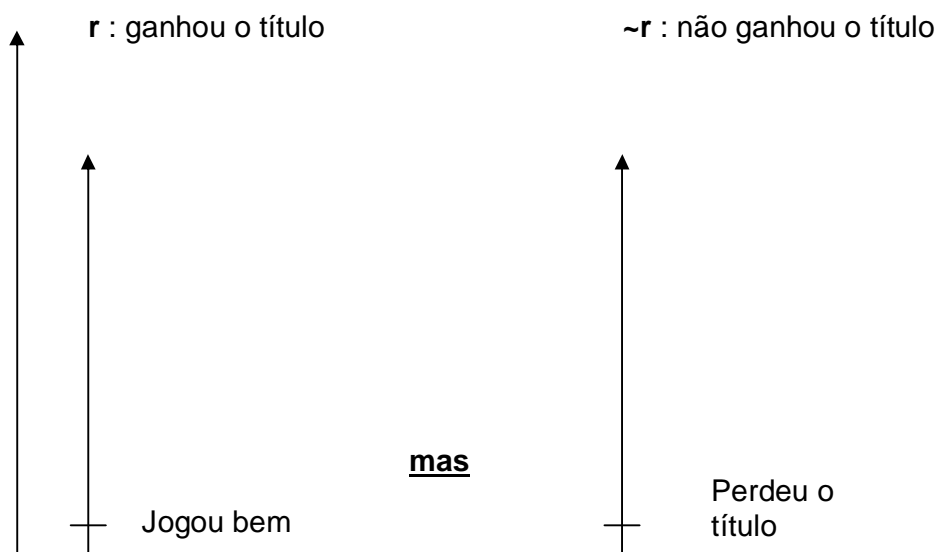
### b) Orientação Argumentativa

[ S1-p *Meu time jogou bem*] [ S2-q *mas não conseguiu o título almejado.*]

**S1-p** é um argumento para a conclusão **r**. Se meu time jogou bem, é óbvio que conseguiu seu objetivo que é o título almejado. Nos remete a uma conclusão **r**, positiva.

**S2-q** nos remete ao resultado imediatamente contrário ao que foi dito antes: *não conseguiu o título almejado*. Aqui o argumento contraria a conclusão **r**, logo **¬r**, ou seja, *não conseguiu o título almejado* é uma conclusão que prevalece por sobre todo o discurso. As conclusões **r-¬r** estão em direções argumentativas opostas, como nos mostra o gráfico.

$\sim r$  : não ganhou o título



### c) Visão Polifônica:

Tendo por base a teoria Polifônica de Ducrot (1987) detectamos pontos de vista de quatro enunciadores. O ponto de vista do primeiro enunciador (E1) é o fato *jogar bem* e o topos é: *quando se joga bem, ganha-se o título almejado*. E o locutor (L) aceita essa idéia. O enunciador (E3) coloca *ganha-se o título* e a forma tópica (FT1) é *quanto melhor for o jogo do meu time, mais fácil será vencer o adversário, o título ficará mais próximo*. O Enunciador é rejeitado por L, no segmento **q**. O E2 apresenta o seu ponto de vista *não ganhou o título almejado*, isto é, quando se joga bem não se ganha o título; este é o topos discordante T2. O L não se identifica com esse topos. O E4 coloca o seu ponto de vista que prevalece *não ganhou o título almejado; quanto melhor é o jogo do meu time menos se ganha o título* é a forma tópica contrária (FT2). O L identifica-se com este enunciador

Chamamos atenção que o exemplo aqui exposto foi de um diálogo, o que não significa que as análises a seguir necessariamente deverão também ser de diálogos.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo encontra-se dividido em duas partes a saber. Na primeira analisamos dez enunciados com *mas*, subdivididos em *mas SN* e *mas PA*. Em cada fragmento vemos a classificação, a orientação argumentativa e a visão polifônica e, em continuação, analisamos o operador *embora*. Na segunda parte apresentamos tabelas, gráficos e comparações sobre o emprego e funções dos operadores argumentativos *mas* e *embora* usados nos textos dos alunos.

#### 3.1 Emprego e funções do *Mas SN*

O morfema *mas*, considerado por Ducrot conjunção adversativa por excelência, além de exercer uma função de caráter fundamentalmente gramatical, é visto sob o aspecto semântico como o operador que orienta argumentativamente o enunciado por ele iniciado. Vejamos os seguintes enunciados retirados da coletânea de textos que formam o corpus deste trabalho.

1) *Os pais para serem divertidos não precisam ser modernos, mas realistas...(informados).* (Red: 177, Médio)

##### a) **Classificação: Mas SN**

**p** = ( $\sim$ p) = Os pais não precisam ser modernos

**p'** = Os pais precisam ser modernos

**q** = (mas) realistas



Houve a substituição do termo *modernos* por *realistas*. O **L** quis dizer que os *país precisam ser realistas*.

**b) Orientação argumentativa: Mas SN**

[**S1 – p** Os pais para serem divertidos não precisam ser modernos,] [ **S2 – q** mas realistas].

**S1 – p** É um enunciado negativo e não argumentativo. Isto é, **ñp** remete a **p'** *os pais precisam ser modernos*.

**S2 – q** Neste caso o *mas* pode ser substituído pela expressão *ao contrário*. *Os pais para serem divertidos não precisam ser modernos, ao contrário, precisam ser realistas*. Este *mas* introduz uma determinação **p** negada em **p'** e atribuída a um interlocutor real ou virtual. A orientação que prevalece no discurso é a que aparece em **p**.

**c) Visão Polifônica: Mas SN**

**E1** – ponto de vista é o fato: *país não precisam ser modernos*, e o topos é: quando os pais não são modernos, são reais. O **L** aceita esta idéia.

**E3** – ponto de vista: *Se os pais precisam ser realistas é porque precisam ser modernos*. O **T2** se identifica com o **L**.

**E2** – ponto de vista: *mas realistas*: aqui houve uma elipse do verbo *mas precisam ser realistas*. Houve a substituição de *modernos* por *realistas*. A **FT1** é: quanto mais os pais forem modernos, mais precisam ser realistas. Neste segmento o enunciador se identifica com o **L**.

**E4** – ponto de vista: *mas realistas*. A **FT2** é: quanto mais se é realista menos se é moderno. O **L** não se identifica com este enunciado.

2) ... *não acredito que o Brasil possa ser penta, mas o negócio é torcer...*(*Red. 144, Médio*).

**a) Classificação: MasSN**

**p** = ( $\bar{n} - p$ ) = não acredito que o Brasil possa ser penta

**p'** = acredito que o Brasil possa ser penta

**q** = ( mas) o negócio é torcer.

Neste caso (2) pode-se substituir o item *mas* pela expressão *ao contrário*.  
 ...*não acredito que o Brasil possa ser penta, ao contrário acredito que negócio é torcer*. Este *mas* não determina a orientação argumentativa, ele introduz a determinação **q** que substitui a determinação **p** negada em **p'** e atribuída ao **L**. A negação é polêmica, notifica o ato de recusa, *não acredito que o Brasil possa ser penta*, no momento em que o **L** fala.

**b) Orientação argumentativa: MasSN**

[**S1 – p** ... não acredito que o Brasil possa ser penta,] [ **S2 – q** mas o negócio é torcer.]

[**S1 – p** nesse enunciado **p** não é argumento para a conclusão **r**, mas  $\bar{n}-p$  remete a **p'** que é *acredito que o Brasil possa ser penta*.

[**S2** – **q** vem depois de um enunciado negativo, tem valor pragmático de refutação da recusa de **p**. A orientação que prevalece no discurso é a que aparece em **S1**.

### **c) Visão Polifônica Mas SN**

**E1** – o ponto de vista é o fato: ... *não acredito que o Brasil possa ser penta* e o topos é: quando não se acredita que o Brasil possa ser penta, fica-se inerte, esperam-se os acontecimentos, e o **L** aceita essa idéia.

**E3** – ponto de vista: *Se o negócio é torcer*, é porque se acredita que o Brasil pode ser penta. Aqui o **T2** se identifica com **L**.

**E2** – ponto de vista: *mas o negócio é torcer...* A **FT1** é: quanto mais se acredita que o Brasil pode ser penta, mais se torce, mais se espera. Este enunciador identifica-se com **L** no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *o negócio é torcer*, isto é, quanto mais se torce menos se acredita que o Brasil pode ser penta é a FT2, o L não se identifica com esse enunciado.

3) ... *eu não tinha vontade de conhecer*, **mas** *se pudesse conhecer aqueles bonecos ficaria umas três semanas por lá.* (Red. 23, Fundamental).

### **a) Classificação: Mas SN**

**p** = (ñ – p) = ... eu não tinha vontade de conhecer

**p'** = eu tinha vontade de conhecer

**q** = (mas) se pudesse conhecer aqueles bonecos ficaria umas três semanas por lá.

Neste fragmento (3) houve a substituição de *não tinha vontade* por *se pudesse*. Ainda caberia a substituição do *mas* pela expressão *ao contrário*, *eu não tinha vontade de conhecer*, *ao contrário se pudesse ficaria umas três semanas por lá*. A negação polêmica aparece na proposição **p**, segundo Ducrot e Vogt (1980), pois, **ñp – q** segue a mesma direção argumentativa explicitada na materialidade discursiva.

### **b) Orientação Argumentativa Mas SN**

[ **S1** - ... não tinha vontade de conhecer,] [ **S2** – mas se pudesse conhecer aqueles bonecos ficaria umas três semanas por lá.]

**S1** – Nesse enunciado **p** não é argumento para a conclusão **r**, mas **ñ-p** remete a **p'** que é *tinha vontade de conhecer*. Apresenta negação polêmica com característica impositiva.

**S2** – A proposição **q** vem depois de um enunciado negativo, tem valor pragmático de refutação da recusa de **p** e a orientação que prevalece no discurso é a que aparece em **S1**.

### **c) Visão Polifônica Mas SN**

**E1** – ponto de vista é o fato: *não tinha vontade de conhecer* e o *topos* é: quando não se tem vontade de conhecer algo ou alguém, evita-se, não se caminha na direção desse algo ou alguém, e o **L** aceita essa idéia.

**E3** – ponto de vista: (mas) se pudesse conhecer aqueles bonecos ficaria umas três semanas por lá, isto é, se pudesse conhecer, com certeza conheceria. Aqui o **T2** se identifica com **L**.

**E2** – ponto de vista: mas se pudesse conhecer aquele bonecos ficaria umas três semanas por lá. A **FT1** é: quanto mais se acredita que se pode conhecer algo ou alguém, maior é o esforço para se alcançar esse objetivo. Esse enunciador identifica-se com **L** no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: se pudesse conhecer aqueles bonecos, ficaria umas três semanas por lá, isto é, quanto mais se tem vontade de conhecer e de se ficar por lá, menos se conhece e se fica por lá é a **FT2**, o **L** não se identifica com esse enunciado.

4) ... *não dava para ver o que havia dentro do saco, mas quando me aproximei, logo vi que era uma saco cheio de dinheiro.* (Red. 32, Fund.)

#### a) **Classificação Mas SN**

**p** ( ã-p) = não dava para ver o que havia dentro do saco.

**p'** = dava para ver o que havia dentro do saco.

**q** = (mas) quando me aproximei vi que era um saco cheio de dinheiro.

Nesta frase pode-se substituir o *mas* pela expressão *ao contrário não dava para ver o que havia dentro do saco*; *ao contrário*, quando me aproximei vi que era dinheiro. Quer dizer que o *mas* neste caso não determina a orientação argumentativa do discurso, mas introduz a determinação **q** que substitui a determinação **p** negada em **p'** e atribuída ao **L**. A negação é polêmica na primeira

parte da frase, notifica o ato de recusa *não dava para ver o que havia dentro do saco*, no momento em que o **L** fala.

**b) Orientação argumentativa Mas SN**

[ **S1 – p** ... não dava para ver o que havia dentro do saco,] [ **S2 – q** mas quando me aproximei vi que era um saco cheio de dinheiro.]

**S1 – p** nesse enunciado **p** não é argumento para a conclusão **r**, mas **ñ-p** remete a **p'** que é quando me aproximei vi que era um saco cheio de dinheiro.

**S2 – q** a proposição **q** vem depois de um enunciado negativo, tem valor pragmático de refutação da recusa de **p** e a orientação que prevalece no discurso é a que aparece em **p'**.

**c) Visão Polifônica Mas SN**

**E1** – ponto de vista é o fato: ... *não dava para ver o que havia dentro do saco*, e o topos é: quando não se pode ver o que há dentro de alguma coisa fechada, aproxima-se até descobrir, e o **L** aceita essa idéia.

**E3** – ponto de vista: ... *vi que era um saco cheio de dinheiro*. Aqui o **T2** se identifica com **L**.

**E2** - ponto de vista: *mas quando me aproximei, vi que era um saco cheio de dinheiro*. A **FT1** é: quanto maior for a aproximação, maior será a probabilidade de descobrir o que há dentro do saco. Esse enunciador se identifica com **L** no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *mas quando me aproximei, vi que era um saco cheio de dinheiro*, isto é, quanto maior for a aproximação, menor será a possibilidade de se ver o que há dentro do saco. É a **FT2** e o **L** não se identifica com esse enunciador.

**5)** *Suas lágrimas não foram uma manifestação de revolta contra a sorte, mas de inconformidade com ele próprio.* (Red. 141, Médio)

**a) Classificação Mas SN**

**p** = (**ñ-p**) = Suas lágrimas não foram uma manifestação de revolta contra a sorte

**p'** = suas lágrimas foram uma manifestação de revolta contra a sorte.

**q** = (mas) de inconformidade com ele próprio

Na proposição **q** pode-se substituir a expressão *uma manifestação de revolta contra a sorte* por *inconformidade com ele próprio*. Logo a orientação argumentativa a partir do morfema *mas* introduz a determinação **q** que substitui a determinação **p** negada em **p'** e atribuída ao **L**. Temos uma negação polêmica.

**b) Orientação argumentativa Mas SN**

[ **S1-p** Suas lágrimas não foram uma manifestação de revolta contra a sorte, ] [ **S2-q** mas de inconformidade com ele próprio. ]

**S1-p** Nessa proposição **p** não é argumento para a conclusão **r**, mas **ñ-p** remete a **p'** que é a inconformidade com ele próprio.

**S2-q**Essa proposição **q** vem após o enunciado negativo e tem valor pragmático de refutação da recusa apresentada em **p** e prevalece no discurso o argumento que aparece em **p'**.

### c) *Visão Polifônica Mas SN*

**E1** – ponto de vista é o fato: *Suas lágrimas não foram uma manifestação de revolta contra a sorte*, e o *topos* é: quando se chora por alguma coisa ou motivo é porque não há conformidade com o motivo, e o **L** aceita essa idéia.

**E3** – ponto de vista: *inconformidade com ele próprio*. Neste ponto o **T2** se identifica com **L**.

**E2** – ponto de vista: *mas de inconformidade com ele próprio*. A **FT1** é: quanto mais intensa for a inconformidade com ele próprio, maior será a revolta contra a sorte. Esse enunciador concorda ou se identifica com **L** no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *mas de inconformidade com ele próprio*. Isto é: quanto mais intensa for a inconformidade com ele próprio, menor será a intensidade da revolta contra a sorte. É a **FT2** e o **L** não se identifica com esse enunciador.

Observamos as funções que esse operador desempenha nos enunciados classificados como *mas SN*. Vimos que em todos os enunciados se apresenta a negação polêmica com característica de imposição. Nos exemplos 1 e 4 temos idéia de **retificação**, *pais não precisam ser modernos, mas realistas; não dava para ver., mas vi*. No enunciado 2 *ressalta a idéia de indignação*: *não acredito que o Brasil possa ser penta, mas o negócio é torcer...*; no exemplo 3, temos idéia de **conformidade**: *não tinha vontade, mas gostaria de ficar por lá*. Outra observação é que só o operador *mas* tem posição fixa dentro do enunciado e ainda em todos



esses enunciados que nos serviram de exemplos é possível utilizar outros operadores como: porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto.

### 3.2 Mas PA

A descrição semântica dada ao *mas PA* consiste em dizer que este morfema põe em balança dois argumentos que autorizam conclusões inversas com função eminentemente argumentativa. As orações encadeadas pelo *mas PA* se caracterizam pela possibilidade de articulação por sobre os limites da frase. A frase pode ser dividida para dois locutores, como num diálogo. Outra característica é a não obrigatoriedade de concordância dos modos verbais e normalmente há o impedimento do verbo no subjuntivo na primeira proposição. Exemplos:

1) *Eu esqueço ele (o boné) na casa da minha vó, dos meus tios e em vários outros lugares. Mas aonde eu ando ele anda junto, isso quando eu não esqueço do Bad Boy (o boné) por aí.* (Red: 54 Fundamental).

#### a) Classificação: Mas PA

**p** = Eu esqueço ele na casa da minha vó, dos meus tios e em vários outros lugares.

**r** = ( logo) eu esqueço meu boné em vários lugares

**q** = (Mas) aonde eu ando, ele anda junto

**ñr** = ( logo) meu boné nem sempre anda junto comigo.

**r - ñr** estão em direções argumentativas opostas ou diferentes.

**b) Orientação Argumentativa Mas PA**

[ **S1** - *Eu esqueço ele na casa da minha vó, dos meus tios e em vários outros lugares*] [ **S2** – *Mas aonde eu ando ele anda junto.*]

O **S1** – **p** é um argumento para a conclusão **r**. Ora, se eu costumo esquecer meu boné em vários lugares é porque meu boné nem sempre anda junto comigo e o resultado deveria ser *aonde eu ando ele não está junto*.

O **S2** – **q** nos remete ao resultado *aonde eu ando ele está junto*, que é um argumento que contraria a conclusão **r**, logo **ñ-r** *meu boné nem sempre anda junto comigo* é a conclusão que prevalece no discurso. As conclusões **r**- **ñr** estão em direções argumentativas opostas.

**c) Visão Polifônica: Mas PA**

**E1** – ponto de vista é o fato: *Eu esqueço meu boné em vários lugares*, e o **topos** é: quando esqueço meu boné em algum lugar, ele está longe de mim, e o **L** aceita esta idéia.

**E3** – ponto de vista: *Mas aonde eu ando ele anda junto*. Isto é, ele está sempre comigo, o **topos** aqui é discordante. O **L** não se identifica com este **topos**.

**E2** – ponto de vista: *Se aonde eu ando ele anda junto*, a **FT1** é: quanto mais ele andar comigo, mais eu vou esquecê-lo. Enunciador que é rejeitado por **L**, no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *Meu boné anda sempre junto comigo*, isto é, quanto mais meu boné andar junto comigo, menos eu vou esquecê-lo por aí, é a **FT2**. O **L** identifica-se com este enunciador.

**2) O homem faz campanhas para defender a fauna, mas também contribui muito para a destruição dela. (Red: 73 Fundamental)**

**a) Classificação: Mas PA**

**p** = O homem faz campanhas para defender a fauna

**r** = (logo) O homem defende a fauna

**q** = (mas) também contribui muito para a destruição dela

**ñr** = ( logo) O homem não defende a fauna

**r** - **ñr** representam direções argumentativas opostas, o **p** é uma proposição afirmativa e não há como fazer substituição de termos.

**b) Orientação Argumentativa: Mas PA**

[ **S1 – p** O homem faz campanhas para defender a fauna] [ **S2 – q** *mas* também contribui muito para a destruição dela.]

**S1 – p** é argumento para a conclusão **r**. Se o homem faz campanhas para defender a fauna, o resultado deveria ser *o homem cuida da fauna* ou *o homem preserva a fauna*.

**S2 – q** nos remete ao resultado, *o homem destrói a fauna*, que é um argumento que contraria a conclusão **r**, logo **ñr** *o homem não cuida da fauna*, é a conclusão que prevalece no discurso. As conclusões **r- ñr** estão em direções argumentativas opostas.

**c) Visão Polifônica: Mas PA**

**E1** – ponto de vista é o fato: *O homem defende a fauna*, e o *topos* é: quando se defende a fauna, se cuida dela, e o **L** aceita esta idéia.

**E3** – ponto de vista: *também contribui muito para a destruição dela*, e a **FT1** é: quanto mais o homem defende a fauna, mais contribui para a destruição dela. Aqui o topos é discordante **T2**. O **L** não se identifica com este topos.

**E2** – ponto de vista: *Se o homem defendesse a fauna, não contribuiria para a destruição dela*. A **FT** é: quanto mais o homem defende a fauna, menos deveria contribuir para a destruição dela. Enunciador que é rejeitado por **L**, no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *o homem destrói a fauna*, isto é, quanto mais se defende a fauna, menos se contribui para a sua destruição, é a **FT2**. O **L** identifica-se com este enunciador.

3) *Muitas vezes ouvimos falar de caçadores dizerem que caçaram tatus, capivaras, etc. Achamos um exagero e condenamos, mas não sabemos como está a situação financeira desse homem.* (Red: 78, Fundamental)

**a) Classificação: Mas PA**

**p** = Achamos um exagero e condenamos

**r** = ( logo) condenamos

**q** = ( mas) não sabemos como está a situação financeira deste homem

**ñr** = ( logo) não condenamos

**r - ñr** representam direções argumentativas opostas.

**b) Orientação Argumerntativa Mas PA**

[ S1 – Achamos um exagero e condenamos,] [ S2 - *mas* não sabemos como está a situação financeira deste homem.]

O **S1 – p** é um argumento para a conclusão **r**. Ora, se achamos um exagero e condenamos alguém que caça o resultado deveria ser *sabemos como está a situação financeira deste homem*.

O **S2 – q** nos remete ao resultado *situação financeira ruim* que é um argumento que contraria a conclusão **r**, logo, **ñr** *não sabemos como está a situação financeira deste homem*, é a conclusão que prevalece no discurso. As conclusões **r** - **ñr** estão em direções argumentativas diferentes.

### c) *Visão Polifônica Mas PA*

**E1** - ponto de vista é o fato: *Achamos um exagero e condenamos*, e o topos é quando se acha um exagero e se condena alguma coisa é porque estamos conscientes do fato, e o **L** aceita essa idéia.

**E3** – ponto de vista: *Se achássemos um exagero e condenássemos, saberíamos como estava a situação financeira deste homem*, o topos aqui é discordante é **T2**. O **L** não se identifica com este topos.

**E2** – ponto de vista: *Se achássemos um exagero e condenássemos*, a **FT1** é: quanto mais achássemos um exagero e condenássemos, saberíamos melhor da situação financeira deste homem.

**E4** – ponto de vista: *não sabemos como está a situação financeira deste homem*, isto é, quanto mais se sabe da situação financeira do homem caçador, menos poderemos condená-lo, é a **FT2**. O **L** identifica-se com este enunciador.

4) *Os cães de raça são bem tratados, mas se eu fosse um cachorro preferia ser um vira-lata.* ( Red: 89 Fundamental)

**a) Classificação: Mas PA**

**p**= Os cães de raça são bem tratados

**r** = ( logo) prefiro ser um cão de raça

**q** = ( mas) se eu fosse um cachorro preferia ser um vira-lata.

**~r** = ( logo) não prefiro ser um cão de raça.

**r** - **~r** = representam direções argumentativas opostas.

**b) Orientação argumentativa: Mas PA**

[ **S1** – p Os cães de raça são bem tratados,] [ **S2** - q mas se eu fosse um cachorro preferia ser um vira-lata].

O **S1- p** é um argumento para conclusão **r**. Ora se os cães de raça são bem tratados o resultado deveria ser *prefiro ser um cão de raça*.

O **S2– q** nos remete ao resultado *prefiro ser vira-lata*, que é um argumento que contraria a conclusão **r**, logo, **~r** – *não prefiro ser um cão de raça* é a conclusão que prevalece no discurso. As conclusões **r** e **~r**, estão em direções argumentativas diferentes.

**c) Visão Polifônica: Mas PA**

**E1** – ponto de vista é o fato: *cães de raça são bem tratados*, e o *topos* é: quando se é um cachorro bem tratado, se prefere ser este cachorro, e o **L** aceita esta idéia.

**E3** – ponto de vista: *se eu fosse um cachorro preferia ser vira-lata*, isto é, quando o cão de raça é bem tratado, não se prefere ser este cão, o *topos* aqui é discordante **T2**. O **L** não se identifica com este *topos*.

**E2** – ponto de vista: *se eu fosse um cachorro preferia ser vira-lata e a FT1* é: quanto melhor for o tratamento dos cães de raça, mais se prefere ser um cão de raça. O enunciador é rejeitado por **L**, no segmento **q**.

**E4** – ponto de vista: *prefiro ser um vira-lata*, isto é, quanto melhor são tratados os cães de raça, menos se prefere ser um deles, é a **FT2**. O **L** identifica-se com este enunciador.

5)...o pior de tudo é que temos chance de mudar, **mas** nada disso acontece.(Red. 42, Médio)

**a) Classificação Mas PA**

**p** = temos chance de mudar

**r** = ( logo) devemos mudar

**q** = (mas) nada disso acontece

$\sim r$  = (logo) não mudamos

**r** e  $\sim r$  = representam direções argumentativas diferentes.

**b) Orientação argumentativa Mas PA**

[ **S1** – o pior de tudo é que temos chance de mudar,] [ **S2** – mas nada disso acontece.]

**S1** – **p** *temos chance de mudar*, nos leva a um resultado **r** *iremos mudar*.

**S2** – **q** *mas nada disso acontece*, nos leva a um  $\sim r$ , que é *não mudaremos*. A conclusão de **q** contraria a conclusão **p**. A conclusão **q** é a que prevalece *nada vai mudar*. Logo, as conclusões **p** – **q** são diferentes.

**c) Sob a perspectiva da teoria polifônica**

[**S1** – o pior de tudo é que temos chance de mudar,] [**S2** – mas nada disso acontece.]

**E1** – o ponto de vista é o fato: *temos chance de mudar*. O *topos* é: Se temos chance de mudar, isso deve acontecer, mas o **L** não aceita essa idéia.

**E3** - o ponto de vista é o fato: *nada muda*, é a proposição **q** que introduz a determinação **p**. O *topos* é: quando se tem chance de mudar, muda-se; aqui o *topos* é concordante. O **L** se identifica com essa idéia.

**E2** – o ponto de vista é o fato: *nada muda ou não mudamos*. A **FT1** é: quanto mais se tem chance de mudar, menos se muda. O **E2** rejeita o **L** no segmento **q**.

**E4** – o ponto de vista é o fato: *mas nada disso acontece* e a **FT2** é: quanto mais se tem chance de mudar, mais se muda. Essa **FT** é discordante. Logo, os resultados das proposições **p – q** seguem orientações argumentativas diferentes.

No primeiro exemplo, *mas PA* o operador argumentativo constrói a idéia de que existe uma conclusão **r** (= esquecimento do boné em vários lugares) que é resultado fácil de ser encontrado pelo alocutário, mas que é sugerida por **p** e não confirmada por **q**. Isto é, **p** e **q** apresentam orientações argumentativas opostas em relação a **r** e a força argumentativa de **q** contrária a **r** é maior que a força de **p** a seu favor. Isso nos faz afirmar que apesar de *eu esquecer meu boné em vários lugares (p), ele anda sempre comigo (q)*.

No segundo exemplo vimos, através da marca lingüística *mas também*, a ação representada deste locutor que coloca na construção do enunciado a argumentação que encontramos na proposição **p** *o homem defende a fauna* e contraria a perspectiva do outro



enunciador apresentando uma orientação oposta *mas também* contribui para a destruição dela, na proposição *q*.

No *terceiro exemplo* o encadeamento *mas não* é uma tentativa de convencer o alocutário da proposição *p*, imprimindo força argumentativa ao segmento *q* *o homem caça por necessidade*. Do ponto de vista da semântica da enunciação *mas não*, *A* é argumento a favor de *r* e *B* argumento a favor de *nr*, portanto, *A, mas não B* é argumento para *nr*. Esta orientação argumentativa explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por *B* *o homem tem necessidade de caçar devido a sua situação financeira ruim*.

No *quarto exemplo* é possível observar orientações argumentativas opostas em que o locutor utiliza o operador *mas se* na intenção de estabelecer uma diferença marcante entre *os cães de raça* e *os vira-latas*.

E no *quinto exemplo* salientamos o encadeamento *mas nada* que desempenha a função de reunir força argumentativa para anular a idéia da proposição *p* *Temos chance de mudar*, e nega imediatamente dizendo *não mudamos* na proposição *q*.

Assim, afirmamos que em toda oração iniciada pelo *mas*, seja *mas SN* ou *mas PA*, sempre haverá uma orientação determinante de um enunciador sobre a fala do outro, pois, surge na frase um poder de dominação de um enunciado sobre outro e sempre a partir de um *mas* acontecerá uma mudança de discurso na intenção do ponto de vista do L2.

### 3.3 Embora

Esta seção nos orienta sobre o procedimento da análise do operador *embora*. Estabelecemos o conceito de argumentação apresentado por Ducrot (1973) e

Anscombe e Ducrot (1976) para uma possível interpretação e, para que se possa entender melhor o emprego e funcionamento desse operador, faremos comparações com o operador *mas*. Exemplos:

1) Em primeiro lugar eu tentaria conversar com ele (o pai) abertamente dizendo que não precisa meu pai se vestir, falar gírias, ou se comportar como um adolescente para ser amigo dos meus amigos, **embora** eu entenda que ele só faz isso para melhorar o relacionamento pai-filho. ( Red. 52, Médio)

2) As autoridades foram rígidas e decidiram que proprietário poderia dividir as terras com seus filhos e essas famílias. *Mas embora as autoridades tivessem assim decidido, os filhos do senhor não quiseram repartir as terras e decidiram botar fogo nas coisas das famílias, sem que o seu pai soubesse.* (Red: 117, Fundamental)

3) Acho que um pai não deve ser assim liberal quando está com os amigos do seu filho e durão em casa. Acho que em qualquer hora ele tem que ser o braço direito do filho, dar o melhor dele, os melhores conselhos. **Embora não tenha como conversar sobre certos assuntos, ele tem que ser forte.** ( Red: 107, Fundamental)

4) Pois elas são animais grandes que vivem pelos mares do nosso Brasil e que se alimentam de carnes, porque as baleias se alimentam de peixes e outros animais marítimos. **Embora não pareça, as baleias não são animais nocivos e não fazem mal a ninguém.** (Red. 75, Fundamental).

5) Meu primo comprou várias coisas, **embora** o dinheiro não sendo dele, o que sobrou botou no banco.( Red.39, Fund.)

6) Nós pagamos cursos caros, abrimos mão de muitas coisas e quase nos matamos de tanto estudar para depois uma pessoa pagar 800 reais e conseguir melhor pontuação que nós?

Tenho provas desse fato, **embora** podendo fazer como várias pessoas, comprar o exame ...

Acreditamos na justiça e esperamos que depois de lerem esse texto, as autoridades responsáveis tomem providências. (Red. 105, Médio)

7) As autoridades **embora** saibam da urgência da questão, levam o caso sem muita pressa. ( Red: 97, Médio)

8) Sendo assim, eles (os sem terra) invadem as terras alheias e tomam como suas, **embora** pertençam aos atuais donos ou ao próprio governo. ( Red 96, Médio)

9)A cada dia o número de desempregados aumenta. A sociedade vive em conflito. **Embora** ainda uns poucos vivam razoavelmente. (Red. 73, Médio).

10) Certa vez um grupo de sem-terra, invadiram um terreno e começaram a montar barracas e tendas. **Embora** não estivesse usando o terreno para nada, ao saber da invasão o empresário resolveu ir até a justiça e pedir que houvesse a desocupação do terreno.( Red. 68, Médio)

Analisando o operador *embora*, sob o ponto de vista semântico levamos em conta o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. Para isso consideraremos o modo de encadeamento deste operador no texto que poderá conduzir a um encaminhamento favorável ou desfavorável, dependendo da seqüência do discurso. No período (1) parece adequado considerar que *não precisa meu pai se comportar como um adolescente para ser amigo dos meus amigos* se encadeia a *embora eu entenda que ele só faz isso para melhorar o relacionamento pai-filho*. O encadeamento, nesse caso, toma o enunciado como um todo.

Por exemplo no período (2), em que o aluno empregou os dois operadores adversativos juntos *mas embora*, como se o *embora* sozinho não fosse capaz de estabelecer a relação semântica desejada. Podemos dizer que a articulação sintática de oposição quando utiliza a subordinação concessiva tem um efeito de modalização, porque prepara com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado. Vimos anteriormente que as orações iniciadas por *mas*, têm orientação argumentativa que explicam o fato de que o texto progride levando em conta a direção iniciada por **q**.

Enquanto que nas orações iniciadas pelo *embora* acontece o contrário, a orientação argumentativa explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por **p**. Portanto, conclui-se que enunciados do tipo *B, mas A* têm uma organização argumentativa oposta a do tipo *A, embora B* conforme os fragmentos apresentados. Portanto, os alunos empregaram com adequação os operadores argumentativos em seus enunciados aqui estudados.

Ainda retomando a *Teoria da Argumentação* (2.4) vimos que o escritor no exemplo 3 pensa que *o pai não deve ser assim tão liberal com os amigos do filho e durão em casa*. Ele acha que *o pai tem que ser o braço direito do filho, dar o melhor que pode, os melhores conselhos, embora não tenha como conversar*, ou seja, embora não tenha argumentos suficientes para convencer o filho sobre determinados assuntos, mesmo assim, *ele tem que ser forte*. Este argumento mantém-se válido, mesmo sendo apresentado outro argumento favorável à conclusão oposta.

Observamos que em todos os fragmentos, o *embora* nega argumentativamente a oração que inicia tendo no destinatário a expectativa de que vai ser dito exatamente o oposto. Enquanto o *mas* nega o que foi dito na proposição

$p$ , que é o que foi dito antes, o *embora* nega a proposição  $q$ . Conclui-se, então que tanto o *mas* como o *embora* desempenham funções contrastivas e iniciam orações subordinadas.

### 3.4 Tabelas e Gráficos

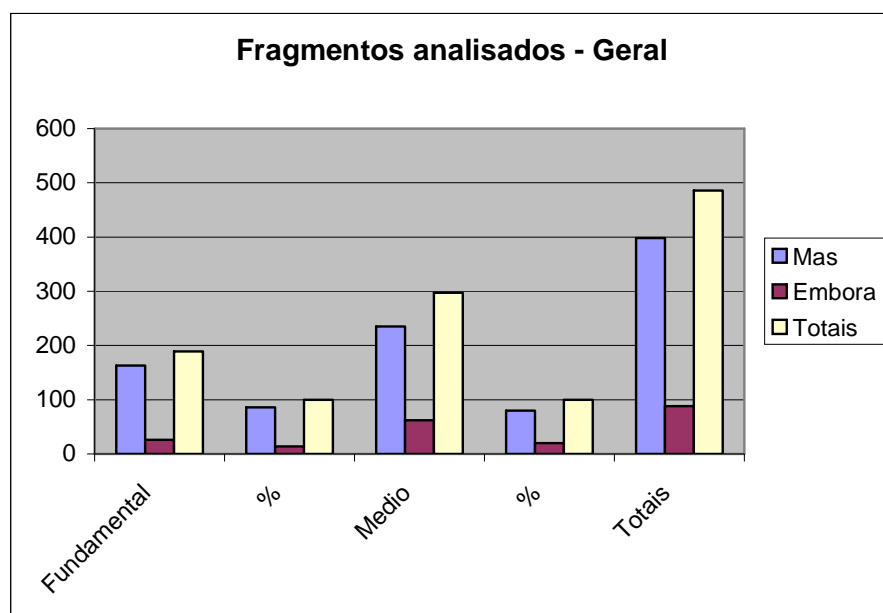
Após a análise semântica dos operadores *mas* e *embora* articulados nos textos escolares, passamos a apresentar os resultados através de tabelas e gráficos proporcionando uma visão macro estrutural da pesquisa.

A tabela 1 mostra a quantificação geral do corpus em que aparecem os itens *mas* e *embora*. Analisamos do Ensino Fundamental 163 fragmentos com *mas* e 26 com *embora*, do Ensino Médio, 235 fragmentos com *mas* e 62 com *embora* num total de 486 ocorrências com estes itens.

**Tabela 1 - Fragmentos analisados – Geral**

|               | <b>Fundament<br/>al</b> | <b>%</b> | <b>Médio</b> | <b>%</b> | <b>Totais</b> |
|---------------|-------------------------|----------|--------------|----------|---------------|
| Mas           | 163                     | 86       | 235          | 80       | 398           |
| Embora        | 26                      | 14       | 62           | 20       | 88            |
| <b>Totais</b> | 189                     | 100      | 297          | 100      | 486           |

**Gráfico 1 – Fragmentos analisados – Geral**



Esta tabela e gráfico mostra a macroestrutura deste trabalho.

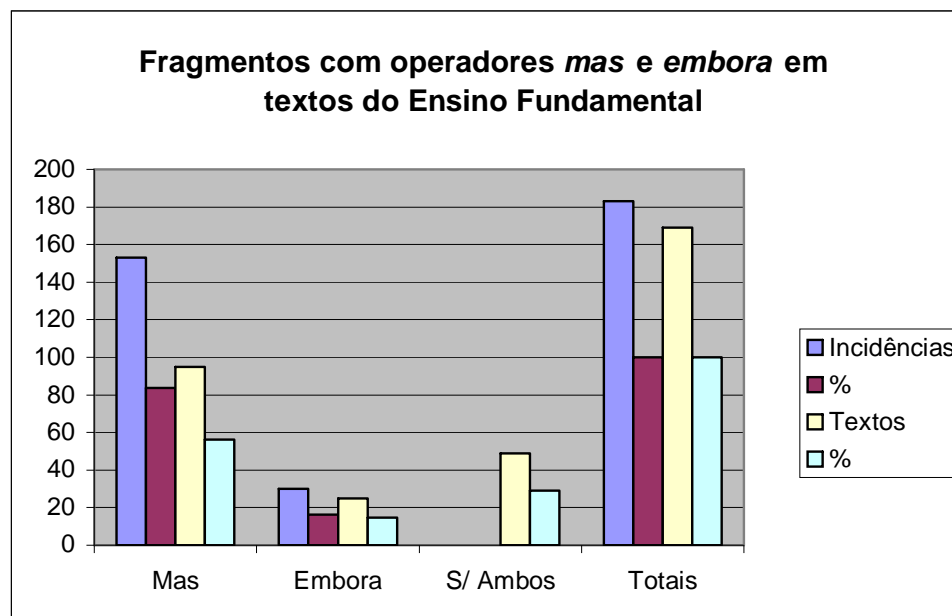
Na segunda tabela apresentamos o resultado quantitativo de uso dos operadores argumentativos *mas* e *embora* somente em textos do Ensino Fundamental.

**Tabela 2 – Fragmentos com operadores *mas* e *embora* em textos do Ensino Fundamental**

|               | <b>Fragmentos</b> | <b>%</b>   | <b>Textos</b> | <b>%</b>   |
|---------------|-------------------|------------|---------------|------------|
| Mas           | 153               | 83,61      | 95            | 56,21      |
| Embora        | 30                | 16,39      | 25            | 14,79      |
| S/Ambos       | 0                 | 0,00       | 49            | 28,99      |
| <b>Totais</b> | <b>183</b>        | <b>100</b> | <b>169</b>    | <b>100</b> |

A tabela 2 mostra a quantidade de fragmentos em que se constataram as ocorrências dos operadores *mas* e *embora* nos textos do Ensino Fundamental. O corpus está constituído de 169 textos, e em 95 textos encontramos o item *mas* 153 vezes, o que equivale a 83,61% das incidências, enquanto que o item *embora* encontramos em 25 textos, 30 vezes, que é igual a 16,39% do total das incidências. E em 49 textos não encontramos nenhum dos referidos itens, o que equivale a 28,99%. Notou-se que o percentual de ausência desses operadores somado ao percentual das incidências do *embora* totalizam 43,78% e mantêm uma diferença de 12,43% inferior às incidências do *mas*.

**Gráfico 2 - Fragmentos com operadores *mas* e *embora* em textos do Ensino Fundamental**



Concluimos que, nos textos escritos do ensino fundamental, o *mas* foi utilizado em 56,21% dos textos, enquanto que o *embora* foi utilizado em 14,79% dos textos, isto é, o operador *mas* foi empregado nos textos quatro vezes mais em relação ao emprego do item *embora*.

Na tabela 3 observa-se que de um total de 169 textos, 95 textos apresentaram 153 fragmentos com o item *mas*. E em 67 textos encontramos 124 ocorrências de *mas PA*, que é igual a 81,05% das ocorrências, ou seja, esse tipo de *mas* foi encontrado em 70,53% dos textos, enquanto que o *mas SN* encontramos em 28 textos, 29 ocorrências, que corresponde a 18,95% das ocorrências e 29,47% do total de textos do Ensino Fundamental. Constatamos que

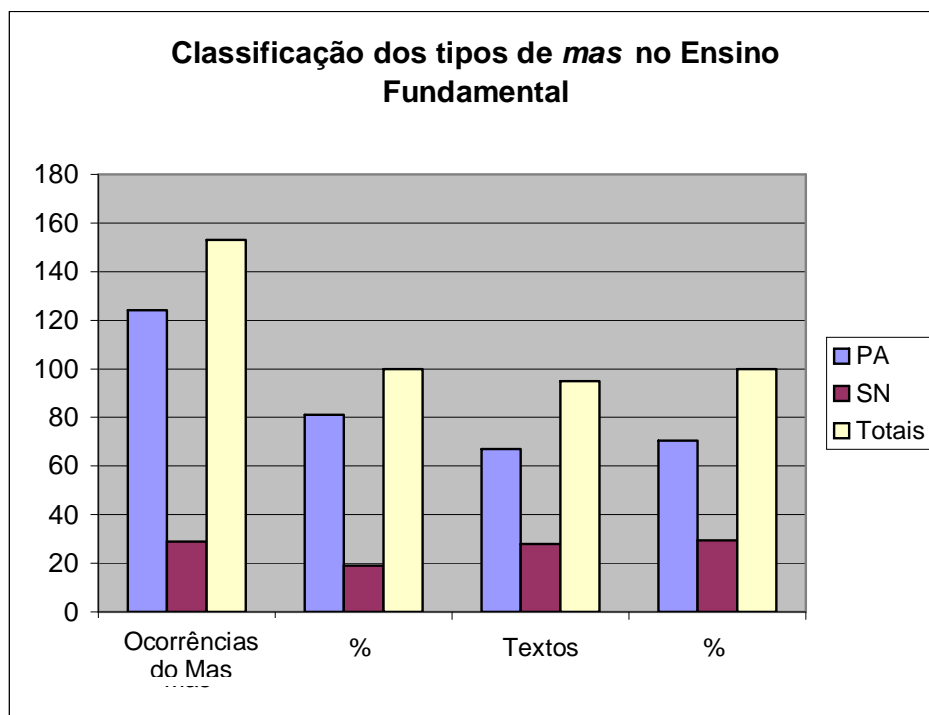


o aluno do Ensino Fundamental usa em média duas vezes mais o *mas PA* do que o *mas SN* e se justifica na prática da escrita dizendo que, assim como todo falante de uma língua tem a gramática lingüística internalizada, também o aluno demonstra este conhecimento semântico internalizado, porque o *mas PA* possibilita uma orientação argumentativa.

**Tabela 3 – Classificação dos tipos de *mas* no Ensino Fundamental**

|               | <b>Fragmentos c/Mas</b> | <b>%</b> | <b>Textos</b> | <b>%</b> |
|---------------|-------------------------|----------|---------------|----------|
| PA            | 124                     | 81,05    | 67            | 70,53    |
| SN            | 29                      | 18,95    | 28            | 29,47    |
| <b>Totais</b> | 153                     | 100      | 95            | 100      |

**Gráfico 3 – Classificação dos tipos de *mas* no Ensino Fundamental**



Após apresentarmos o tipo de *mas* mais usado pelos alunos do Curso Fundamental, passamos à apresentação do uso do operador “embora” nas suas diferentes formas utilizadas pelos alunos do mesmo curso.

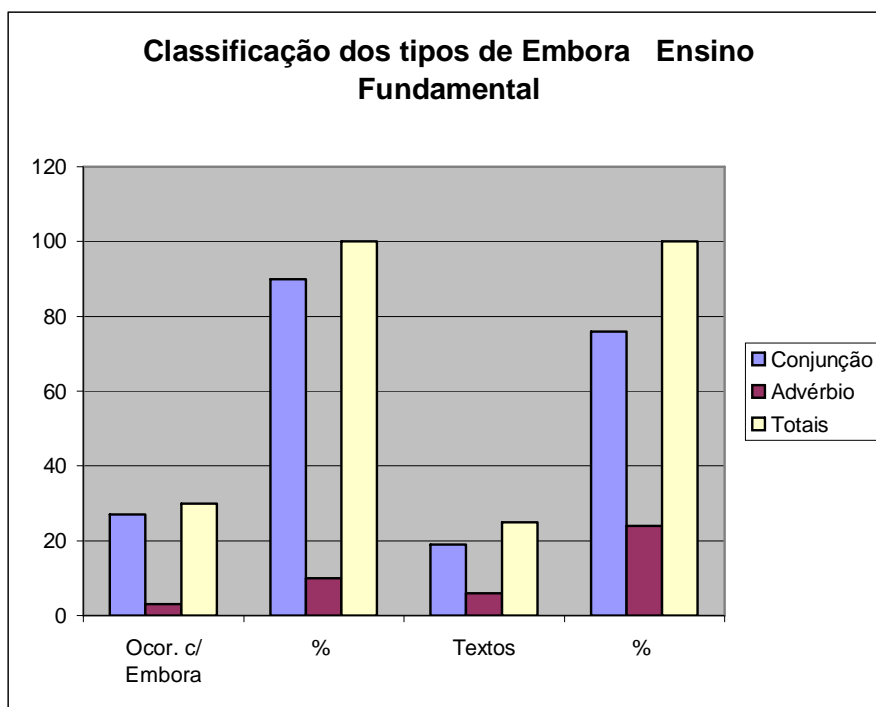
A tabela 4 mostra o emprego do item *embora* num total de 169 textos do Ensino Fundamental. Este operador aparece em 25 textos, 30 ocorrências. Como conjunção concessiva apareceu em 27 ocorrências de 19 textos, numa equivalência de 90% das ocorrências e 76% do textos. O *embora* foi empregado como advérbio, acompanhado do verbo ir, em 3 textos, com um fragmento em cada texto, igual a 10% dos fragmentos e 24% dos textos.

**Tabela 4 – Classificação dos tipos de *embora* no Ensino Fundamental**

| Ocorrências c/Embora | % | Textos | % |
|----------------------|---|--------|---|
|----------------------|---|--------|---|

|               |           |            |           |            |
|---------------|-----------|------------|-----------|------------|
| Conjunção     | 27        | 90         | 19        | 76         |
| Advérbio      | 3         | 10         | 6         | 24         |
| <b>Totais</b> | <b>30</b> | <b>100</b> | <b>25</b> | <b>100</b> |

**Gráfico 4 – Classificação dos tipos de *embora* no Ensino Fundamental**



Conclui-se que o item *embora*, atualmente, é empregado pelos alunos do Fundamental como conjunção concessiva e, em raros casos é usado como o advérbio que lhe deu origem. Em casos que desempenha a função de advérbio aparece acompanhado dos verbos ir e mandar.

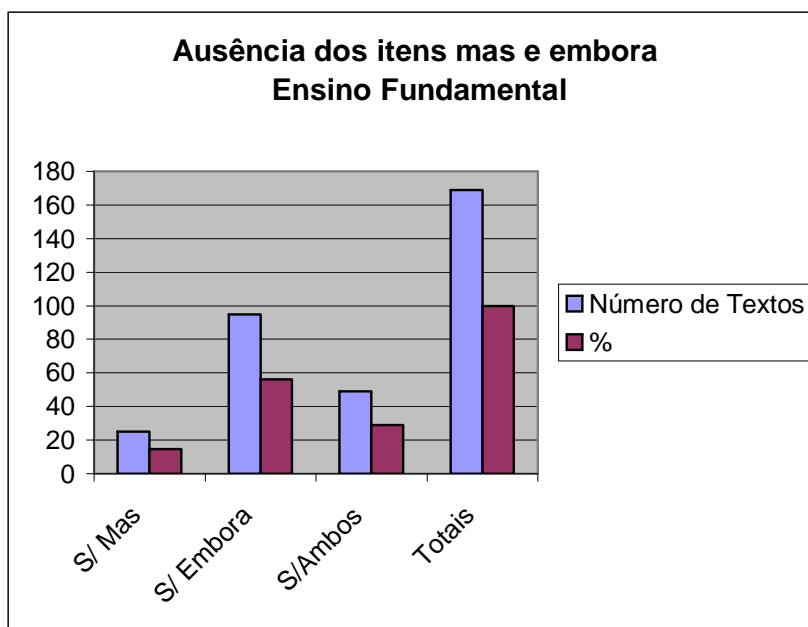
A tabela 5 mostra que num total de 169 textos, em 25 produções ou seja, em 14,79% não foi empregado nenhum tipo de *mas*. Em 95 textos que corresponde a 56,21% não

encontrou-se em nenhuma situação o item *embora* e em 49 textos ou 28,99% dos textos não foram empregados nenhum dos dois itens.

**Tabela 5 – Ausência dos itens *mas* e *embora* no Ensino Fundamental**

|          | Número de Textos | %     |
|----------|------------------|-------|
| S/Mas    | 25               | 14,79 |
| S/Embora | 95               | 56,21 |
| S/Ambos  | 49               | 28,99 |
| Totais   | 169              | 100   |

**Gráfico 5 – Ausência dos itens *mas* e *embora* no Ensino Fundamental**



Entendemos que uma das causas da ausência do item *embora* nos textos do ensino fundamental diz respeito à dificuldade do aluno-autor em empregar os verbos flexionados no modo subjuntivo nas construções frasais, mas nos convencemos que

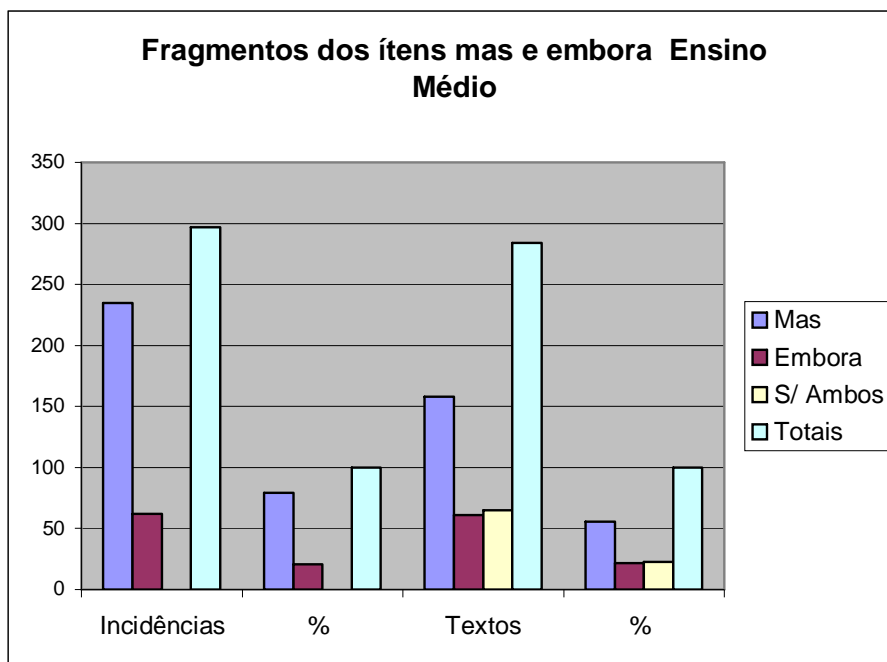
a principal causa desta ausência é a dificuldade que o escritor tem em estabelecer a relação semântica prevista por esse operador: *A, embora B* ou *Embora B, A*. Conforme já explicitamos em estudo anterior o *embora* exige que o argumento *A* se mantenha válido apesar da existência do argumento *B*, que lhe é contrário, seja a ordem sintática *A-B* ou *B- A*, diferentemente do que vimos a respeito do *mas* que exige que se oponham apenas os argumentos, de modo que *B* invalide ou contrarie o *A*. Para os alunos escritores parece ser mais fácil a relação semântica estabelecida pelo operador *mas* do que a estabelecida pelo operador *embora*.

A tabela 6 mostra as ocorrências dos itens *mas* e *embora* no Ensino Médio. Num total de 284 textos, em 158 textos o item *mas* ocorre 235 vezes, o que corresponde a 55,63% do total de textos produzidos no médio. O item *embora* aparece em 61 textos, 62 ocorrências, sendo em 21,48% dos textos e 20,88% das ocorrências.

**Tabela 6 – Fragmentos com operadores *mas* e *embora* no Ensino Médio**

|               | <b>Incidências</b> | <b>%</b>   | <b>Textos</b> | <b>%</b>   |
|---------------|--------------------|------------|---------------|------------|
| Mas           | 235                | 79,12      | 158           | 55,63      |
| Embora        | 62                 | 20,88      | 61            | 21,48      |
| S/Ambos       | 0                  | 0,00       | 65            | 22,89      |
| <b>Totais</b> | <b>297</b>         | <b>100</b> | <b>284</b>    | <b>100</b> |

**Gráfico 6 – Fragmentos com operadores *mas* e *embora* no Ensino Médio**

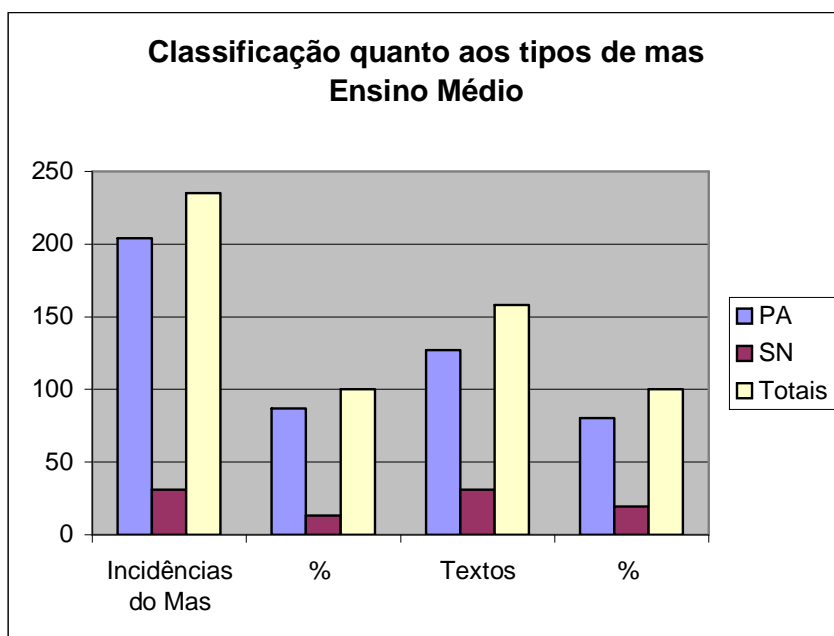


Verificamos que o número de textos em que não aparecem nenhum dos dois itens é superior ao número de textos em que é empregado o *embora*, o que pode corroborar a dificuldade do uso do operador *embora*.

A tabela 7 informa os tipos de *mas* empregados pelos alunos do curso médio em suas escritas. Num total de 158 textos, em 127 encontramos 204 ocorrências de *mas PA*, ou seja, em 86,81% das ocorrências sobre 80,38% dos textos. Enquanto que em 31 textos foram encontradas 31 ocorrências de *mas SN*, que corresponde a 13,19% das ocorrências e 19,62% dos textos.

**Tabela 7 - Classificação dos tipos de *mas* no Ensino Médio**

|               | <b>Incidências do Mas</b> | <b>%</b>   | <b>Textos</b> | <b>%</b>   |
|---------------|---------------------------|------------|---------------|------------|
| PA            | 204                       | 86,81      | 127           | 80,38      |
| SN            | 31                        | 13,19      | 31            | 19,62      |
| <b>Totais</b> | <b>235</b>                | <b>100</b> | <b>158</b>    | <b>100</b> |

**Gráfico 7 - Classificação dos tipos de *mas* no Ensino Médio**

Conclui-se que os alunos do curso médio empregam nos textos escritos quatro vezes mais o *mas PA* do que o *mas SN*, ou seja, este aluno, assim como o do Fundamental, prefere usar o *mas PA* que dá orientação argumentativa ao enunciado, tem comportamento liberal envolvendo um desdobramento de vozes ligadas à presença da negação descritiva.

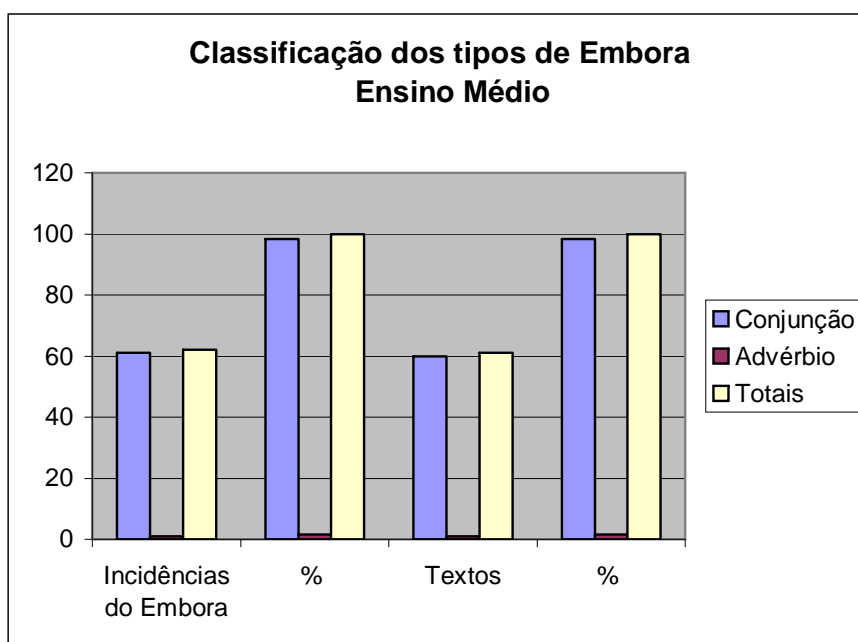
A tabela 8 mostra o emprego do item *embora* pelo Ensino Médio como conjunção concessiva e como advérbio. Dos 61 textos em que este item foi usado, em 62 ocorrências o emprego foi como conjunção concessiva, ou seja, em 95,09% dos textos e 98,38% das

ocorrências. Em somente 1 texto o *embora* foi empregado como advérbio, acompanhado do verbo ir.

**Tabela 8 - Classificação dos tipos de *embora* no Ensino Médio**

|               | Ocorrências do<br>Embora | %          | Textos    | %          |
|---------------|--------------------------|------------|-----------|------------|
| Conjunção     | 61                       | 98,38      | 60        | 98,36      |
| Advérbio      | 1                        | 1,61       | 1         | 1,64       |
| <b>Totais</b> | <b>62</b>                | <b>100</b> | <b>61</b> | <b>100</b> |

**Gráfico 8 - Classificação dos tipos de *embora* no Ensino Médio**



Conclui-se que o aluno escritor do curso médio sintaticamente usa o item *embora* exclusivamente como conjunção concessiva e semanticamente, assim como o aluno do fundamental, o aluno do Médio pelas mesmas razões expostas no comentário da tabela 5 apresenta dificuldades no uso desse operador.

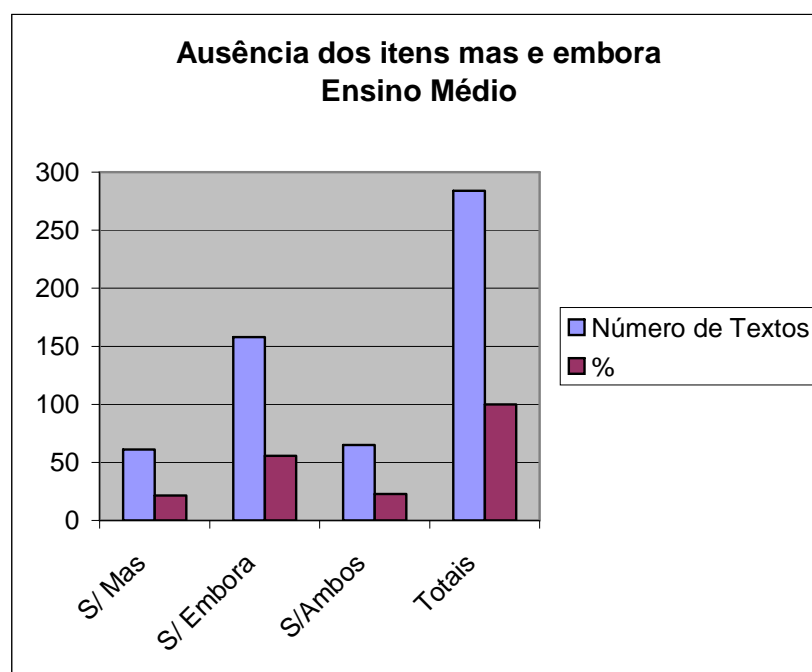


A tabela 9 mostra que num total de 284 textos analisados no Ensino Médio há ausência do *mas* em 61 textos, ou seja, em 21,48% das produções textuais não consta nenhum tipo de *mas*. Em 158 textos, ou em 55,63% dos textos não consta o operador *embora* e em 65 textos não consta nem o *mas*, nem o *embora*.

**Tabela 9 - Ausência dos itens *mas* e *embora* no Ensino Médio**

|          | Número de Textos | %     |
|----------|------------------|-------|
| S/Mas    | 61               | 21,48 |
| S/Embora | 158              | 55,63 |
| S/Ambos  | 65               | 22,89 |
| Totais   | 284              | 100   |

**Gráfico 9 - Ausência dos itens *mas* e *embora* no Ensino Médio**



Conclui-se que a ausência do item *embora* é significativa em relação ao número total de textos analisados, a exemplo do que verificamos com esse item no Ensino Fundamental. Acreditamos que a dificuldade de os alunos empregarem o operador *embora* decorre de razões sintáticas e semânticas, conforme já nos referimos na análise dos dados relativos ao Ensino Fundamental. Após esse trabalho comparativo dos dados do Fundamental e Médio, apresentamos as considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta dissertação permitem caracterizar os operadores *mas* e *embora* como conectores de oposição que desempenham não só a função conjuntiva gramaticalmente apresentada, mas também uma observação mais atenta revela que esses morfemas se articulam dentro de um discurso de forma determinante na orientação argumentativa.

Os referidos operadores são empregados no discurso dependendo da intenção do enunciador, do momento em que é dito e como é dito, com diferentes valores relativos às funções que exercem ao longo de suas ocorrências e, os enunciados se caracterizam pelo fato da multiplicidade de vozes que resulta num jogo polifônico, conforme preconizou Ducrot (1987), pois muitas vezes o enunciador assume um ponto de vista de outro escritor ou falante.

Vimos também que operadores argumentativos como o *mas* e o *embora* são marcas lingüísticas que revelam discursos polêmicos ou autoritários e são recursos empregados sob alguma forma de negação.

Passamos, então, a ver que nos conceitos gramaticais estuda-se o emprego e funções das conjunções no plano sintático dentro da frase, e que segundo conceitos semânticos estudamos as conjunções como operadores argumentativos no interior do enunciado. Recorremos ao exercício escrito pelo aluno e vimos que o *mas*

desempenha duas funções diferentes nos enunciados, como mostram Anscombe e Ducrot (1977), e Vogt e Ducrot (1980) que em estudos argumentativos consideram a diferença entre o *masSN* e o *masPA*. Como por exemplo nos enunciados:

*Os pais para serem divertidos não precisam ser modernos, mas realistas. (Red. 177; E.Médio).*

No *masSN* não há possibilidade de inverter as orações como: *Mas realistas, os pais para serem divertidos não precisam ser modernos*. Como também não há possibilidade de articulação por sobre os limites da frase, pois é inaceitável dizer: *Os pais para não serem divertidos, não precisam ser modernos, mas realistas*.

Quanto ao alcance da negação, destaca-se o fato de que é necessária a negação na primeira parte da frase, observa-se que esta negação afeta somente a primeira parte para que se possa afirmar o que está sendo introduzido pelo operador *mas*.

Quanto ao alcance da pergunta entendemos como possível, e a sua interpretação incide sobre toda a frase, como: *Os pais para serem divertidos, não precisam ser modernos, mas realistas ?*

Neste outro exemplo: *O homem faz campanhas para defender a fauna, mas também contribui muito para a destruição dela. (Red. 73, E. Fundamental)*, existe uma argumentação na segunda proposição. Ora, se *mas também contribui muito para a destruição dela* é porque o homem não contribui para a preservação da natureza. Então, pode se dizer: *O homem faz campanhas para defender a fauna, mas não contribui para a sua preservação*.

Ainda, em *masPA*, não há possibilidade de inversão das orações, mas há possibilidade de articulação por sobre os limites da frase e esta possibilidade, não só

existe, como é muito comum no português. Este tipo de *mas* introduz todo um parágrafo que se opõe ao discurso anterior. Como por exemplo:

*Eu esqueço ele ( o boné) na casa da minha vó, dos meus tios e outros vários lugares. Mas aonde eu ando ele anda junto comigo. (Red. 54, E. Fundamental).*

Quanto ao alcance da negação é cabível dizer: *Eu não esqueço ele ( meu boné) na casa da minha vó, dos meus tios e outros vários lugares, mas aonde eu ando ele anda junto comigo.*

A negação só é possível na primeira parte do enunciado, só tem sentido numa situação em que *não esquecer o boné na casa da minha vó, dos meus tios e outros vários lugares é tomado como razão para o boné andar junto do seu dono.*

Nas construções observadas e destacadas do corpus, os operadores *mas* e *embora* estabelecem uma relação de orientação argumentativa num enunciado e não estabelecem hierarquia entre os termos relacionados. Isto é, as orações subordinadas, tal como já definimos anteriormente, não apresentam uma relação de classe argumentativa com a oração principal. Então, se pode dizer que a subordinação de orações dentro de um mesmo fragmento se relaciona à construção da oração, enquanto a relação de coordenação diz respeito às relações textuais. Pode se sustentar essa afirmação pelo fato da observação dos enunciados no plano semântico quando se constata que a orientação argumentativa se constitui no modo de construção da progressão textual.

Vimos que os morfemas *mas* e *embora* funcionam como um marco no enunciado impedindo a continuidade do enunciado numa direção contrária a da orientação argumentativa apresentada na primeira parte do enunciado. Outra constatação é que a organização textual se deve em parte e fundamentalmente à orientação argumentativa e desta orientação depende a constituição da coesão e da

coerência textual. A coesão é a relação entre as formas estruturais do texto que se dá no limite proposto pela orientação argumentativa. E a coerência é a consistência de sentido em relação ao lugar argumentativo, ou seja, para onde indica o texto, ou o fragmento textual. Isto acontece mesmo que haja no texto, perspectivas conflitantes.

Também os efeitos de sentido de um texto dizem respeito à dialogia interna que vem a ser polifonia, a intertextualidade, etc. Assim os efeitos de sentido de um texto não se limitam única e exclusivamente à sua orientação argumentativa, ou da ilusão da sua unidade.

Conclui-se que a subordinação é uma relação oracional e a coordenação e segmentação são relações textuais. A orientação argumentativa é o modo de organização do texto cuja materialidade são a coordenação e a segmentação. Logo, tanto a coordenação, como a segmentação e a subordinação constituem aspectos do funcionamento discursivo. Por outro lado convivem com a polifonia da enunciação e a intertextualidade, isto mostra como a dialogia interna percorre o texto por inteiro, independentemente da representação de unidade textual ou oracional. Portanto, a ilusão de intencionalidade se representa no funcionamento de regularidades gramaticais na construção da oração e as regularidades argumentativas de tema / comentário constam na organização textual.

Quanto ao item *embora* tem sido, nas gramáticas tradicionais escolares, considerada como conjunção subordinativa. Mas em estudos como: *Algumas Considerações sobre a Conjunção Embora* de Guimarães (1981), observa-se que este item, como também o *mas*, tem valor semântico e desempenha mais de uma função no discurso.

Assim como o operador argumentativo *mas*, o *embora* também tem função de mostrar a força e a direção argumentativa do enunciado que inicia, e visto sob o ponto de vista da semântica da enunciação, Ducrot (1973), considera que nas construções concessivas, se tem o pressuposto de que B é um obstáculo para A, numa formulação argumentativa B - ) ~A. Logo, os enunciados construídos com esse morfema são apresentados como argumentos constituídos de perspectivas opostas.

Outra observação a respeito do *embora* é que este morfema guarda marcas dos usos que lhe deram origem e que seguramente desempenha duas funções específicas: uma contrastiva e outra concessiva.

Guimarães (1987), considera tanto o *mas* quanto o *embora* como operadores discursivos por terem a função de estruturar o discurso enquanto texto, e estruturação do texto se faz pelo valor argumentativo de tais operadores como vimos nos exemplos dos enunciados destacados do corpus. Também estes morfemas estabelecem estratégias de relação entre locutor e destinatário, mantendo uma expectativa que se cria no destinatário e organiza argumentativamente o discurso.

Constatou-se a validade de ter-se recorrido à Teoria da Argumentação na Língua e à Teoria Polifônica da Enunciação porque os princípios teóricos foram aplicados para se fazer a análise dos enunciados. Vale dizer que encontram-se dificuldades na elaboração deste exercício, porque Ducrot, fundamenta sua teoria em enunciados e não em textos e em consequência disso teve de ser repensada uma forma para analisar os operadores *mas* e *embora*.

Há o reconhecimento de que esta análise está restrita em relação ao grande número de outros operadores argumentativos de igual importância lingüística. Mas enfatizamos que o objetivo principal foi mostrar como estes morfemas se articulam nos textos escritos por alunos e como está construída lingüisticamente a argumentação nos discursos escolares, com o emprego dos conectores opositivos. A partir do ponto de vista sintático se reconhece a importância desses elementos coesivos na materialidade do texto e do ponto de vista semântico, a função que desempenham na orientação argumentativa no sentido de determinada conclusão.

Com Geraldi (1991) somos incentivados a uma nova escuta e um novo olhar, pois, ler e escrever se apresentam dentro de atos de interlocução, de descoberta de um outro, de interrogações possíveis, de produções, de ocupações de espaços em branco. Destacamos nessa pesquisa a importância da assimilação crítica dos estudos lingüísticos semânticos e a necessidade premente de se estabelecer um maior contato do professor de língua materna com as propostas de Semântica e Polifonia.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. **Curso de Redação**. São Paulo: Ática, 1991.

ANSCOMBRE, Jean-Claude et al. De l'argumetation dans la langue à théorie des topoi. In: **Théorie des Topoi**. Paris: Éditions Kimé, 1995.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1997.

CARONE, F. de B. **Subordinação e Coordenação**. Confrontos e Contrastes. São Paulo: Ática, 2000.

CASTIN, F. **Princípios Básicos de Semântica**. Recife: FASA, 1983.

CUNHA, C. F. da. **Novo Manual de Português, Gramática, Ortografia Oficial, Redação, Literatura, Textos e Testes**. São Paulo: Globo, 1991.

- DUCROT, O. **Semântica e Argumentação**: Diálogo com Oswald Ducrot. *D.E.L.T.A.* Vol.14, n 1,1998.
- \_\_\_\_\_. **Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Les Mots du Discours**. Paris: Minuit, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Provar e Dizer**. São Paulo. Global, 1981.
- FAULSTICH, E. L. de J. **Como Ler, Entender e Redigir um Texto**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FÁVERO, L. L. **Coesão e Coerência Textuais**. São Paulo: Impresso nas Oficinas da Gráfica Palas Athena, 2000.
- FIAD, S. R. & MAYRINK, S. M. L.T. **A Escrita como Trabalho**. Martins, M.H. (org). *Questões de Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GERALDI, W. **Portos de Passagem**: Linguagem, Trabalho e Ensino. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUEDES, R.A. **A Posição do Sujeito na Revista “Veja”**. Uma Análise dos Conectores de Oposição. Dissertação de Mestrado em Letras. Porto Alegre: PUCRS, 1997.
- GUERRA, V. M. L. **Linguagem e Ensino**. Revista do Curso de Mestrado em Letras. UCPel. Vol 2, n 2, Julho 1999.
- GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**: Um Estudo de Conjunções do Português. Campinas: Pontes,1987.
- \_\_\_\_\_. **História e Sentido na Linguagem**. São Paulo: Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Algumas Considerações sobre a Conjunção “embora”**. *Revista N 0014774- Série de Estudos/ Curso de Letras*. São Paulo: Faculdades Integradas de Uberaba, 1981.
- KOCH, I. **A Inter-relação pela Linguagem**. São Paulo: Contexto,1992.
- \_\_\_\_\_. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
- KOCH. I. & TRAVAGLIA L.C. **Texto e Coerência**. São Paulo: Cortez, 1993.
- LUFT, C. P. **Novo Manual de Português, Gramática, Ortografia Oficial, Redação, Literatura, Textos e Testes**. São Paulo: Globo, 1991.
- MOURA, F. **Para Gostar de Escrever**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- PECORA, A. A. B. **Problemas de Redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PERISSÉ, G. **Ler, Pensar e Escrever**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- RODRIGUES, A. **Para uma Descrição do “mas” no Discurso Falado**. Dissertação de Mestrado, Rio: UFFRJ, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Os Níveis de Atuação do “mas” no Discurso**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, 1995.
- RUSSO, A .R. **Segredos da Redação no Vestibular**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- SAVIOLI, F. P. & FIORIN,J. L. **Para Entender o Texto**. São Paulo. Ática, 1999.

SILVA, G. A. P. da. Um estudo do item “Mas” na Gramática e no Discurso. **Caderno Seminal**, Vol. 6, n 6, Rio, UERJ, 1998.

VAL, M. G. C. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VOGT, C. & DUCROT, O. “**De Magis a Mas: uma Hipótese Semântica**”. In: Vogt,

*C. Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Hucitec/Funcamp, p. 103-128, 1989.

## ANEXOS